

Mitteilungen der Deutsch-Brasilianischen Juristenvereinigung

WWW.DBJV.DE

**Heft 1 / 2019 (37. Jahrgang)
November 2019**

Inhalt

Ankündigung der XXXVIII. Jahrestagung der DBJV	1
Programm / Programa	5
Perspektiven für eine optimale Kooperation im deutsch-brasilianischen Rechtshilfeverkehr (in Zivilsachen)	
Thomas Klippstein	10
Citações na cooperação judiciária Alemanha-Brasil	
Ana Hadnes Bruder, Master en Droit, LL.M. Dr. Claudia Schallenmüller Ens, LL.M.	25
Kurzmitteilungen	
Dr. Claudia Schallenmüller Ens, Dr. Ivens Henrique Hübert, Dr. Paula Gorzoni und Amanda Prota	45
Nachruf	51

Impressum

Herausgeber:

Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung e.V.

Vereinsregister Nr. 8076,

Bankkonto: Deutsche Bank Essen, Nr. 1312487, BLZ 36070050

Vorstand:

Dr. Hans-Joachim Henckel, Vorsitzender, Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie, Berlin;

Rechtsanwalt Andreas Sanden, c/o Pacheco Neto, Sanden, Teisseire Advogados, Al. Franca 1050 - 3, 9 and 11th floors, 01422-001, São Paulo – SP / Brasilien;

Rechtsanwältin Irene Haagen, Hinterm Gericht 23, 93183 Kallmünz;

Rechtsanwalt Parvis Papoli-Barawati, Rissmüllerplatz 1, 49076 Osnabrück;

Dr. Jan Peter Schmidt, Wissenschaftlicher Referent, Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, Mittelweg 187, 20148 Hamburg

Sekretariat:

Rechtsanwalt Parvis Papoli-Barawati, Lietzenburger Str. 75

D-10719 Berlin; e-Mail: info@dbjv.de

ISSN: 2195-1438 (Print)

2195-1446 (Internet)

Redaktion der Mitteilungen:

Dr. Ivens Henrique Hübert, Curitiba

Hannah Bonhoeffer, Weil am Rhein

E-Mail: iven.hubert@andersenballao.com.br

Die DBJV im Internet: **www.dbjv.de**

Die Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung ist gemeinnütziger Verein im Sinne der

§§ 52 ff. AO mit dem Ziel, die bilaterale Kooperation auf juristischer und wissenschaftlicher Ebene zu fördern.

Nachdruck nur mit schriftlicher Genehmigung der Autoren und der Herausgeber

Ankündigung der XXXVIII. Jahrestagung der DBJV

Liebe Mitglieder und Freunde der DBJV,

unsere diesjährige Tagung wird vom 20.-23. November 2019 in Porto Alegre stattfinden. Vier Jahre nach Belo Horizonte gehen wir also wieder nach Brasilien und besuchen auf Einladung unseres Mitglieds Eduardo Caruso Cunha den südlichsten Bundesstaat Rio Grande do Sul, der schon seit einiger Zeit auf unserer Liste steht. Erfreulicherweise konnten wir gleich drei namhafte Kooperationspartner gewinnen: die „Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul“, die „Konrad Adenauer Stiftung“ sowie das „Centro de Estudos Europeus e Alemães – DAAD / UFRGS / PUCRS“.

Mit der „Digitalisierung“ werden wir uns einem Thema widmen, das in aller Munde ist und sämtlichen Vorhersagen nach unser Leben in einer Art und Weise verändern wird, wie wir es uns derzeit noch kaum vorstellen können. Selbstfahrende Autos, die Millionen von Arbeitsplätzen im Transportsektor überflüssig machen werden, sind nur das augenfälligste Beispiel.

Doch auch schon heute bestimmen Smartphones, soziale Medien und die weltweite Vernetzung von allem immer stärker unseren Alltag und stellen sämtliche Bereiche des Rechts laufend vor neue Herausforderungen. So haben etwa Erfahrungen in Großbritannien, den USA und nicht zuletzt Brasilien gezeigt, dass politischer Wahlkampf heute zum großen Teil über soziale Netzwerke wie „Facebook“ und „Twitter“ geführt und gewonnen wird, in denen sich Informationen – und gerade auch die berüchtigten „Fake News“ – in Windeseile verbreiten. Wie können Wahlrecht und Wahljustiz hierauf reagieren und sicherstellen, dass die Spielregeln der politischen Willensbildung eingehalten werden?

Zugleich bietet die Digitalisierung natürlich aber auch zahlreiche Chancen. So ist die brasilianische Justiz schon vor Jahren dazu übergegangen, Gerichtsverfahren konsequent zu digitalisieren, so dass Schriftsätze per Knopfdruck übermittelt werden können und der Verfahrensstand für Richter, Anwälte und Parteien jederzeit einsehbar ist. Demgegenüber umweht das in deutschen Gerichtsverfahren weiterhin übliche Hin- und Hersenden dicker Papierstapel immer noch der Geruch längst vergangener Jahrhunderte. Kann die deutsche Justiz, die sich einer Modernisierung nicht länger verschließen darf und will, von den brasilianischen Erfahrungen auf diesem Gebiet lernen?

Schließlich macht die Digitalisierung aber auch vor unseren persönlichen Rechtsangelegenheiten nicht halt. Wie wird sichergestellt, dass unsere laufend irgendwo erhobenen Daten nicht missbraucht werden? Welche Auswirkungen hat es auf das Vertragsrecht, wenn etwa über Angebot und Annahme nicht mehr von Menschen, sondern von „Softwareagenten“ entschie-

den wird? Wie wird der „digitale Nachlass“ vererbt, also die Masse der in unseren verschiedenen Internet-Konten gespeicherten persönlichen Daten?

Ein Thema, das viele unserer Mitglieder besonders angeht, nämlich der Einfluss der Digitalisierung auf die Ausbildung und das Berufsbild des Rechtsanwalts, wird zum Abschluss unserer Tagung von einem bi-national besetzten „Runden Tisch“ erörtert.

Der Vorstand hofft auf rege Teilnahme und freut sich auf das Wiedersehen in Porto Alegre! Auch Nicht-Mitglieder sind wie immer herzlich willkommen!

für den Vorstand Dr. Jan Peter Schmidt

Caros membros e amigos da DBJV,

A conferência deste ano terá lugar de 20 a 23 de Novembro de 2019 em Porto Alegre. Quatro anos depois de Belo Horizonte, vamos voltar ao Brasil para visitar, a convite de nosso membro Eduardo Caruso Cunha, o estado mais austral, o Rio Grande do Sul, que está em nossa lista há algum tempo. Felizmente, conseguimos conquistar de pronto três notáveis parceiros de cooperação: a “Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul”, a “Fundação Konrad Adenauer” e o “Centro de Estudos Europeus e Alemães – DAAD / UFRGS / PUCRS”.

Com a “digitalização” vamos nos dedicar a um tema que está nos lábios de todos e que, segundo todas as previsões, vai mudar nossas vidas de uma forma que dificilmente podemos imaginar no momento. Os automóveis autônomos, que tornarão supérfluos milhões de postos de trabalho no setor dos transportes, são apenas um dos exemplos mais óbvios.

Mas ainda hoje, smartphones, mídia social e a ampla interconexão de tudo sobretudo através da “internet das coisas” estão cada vez mais moldando nossas vidas diárias e apresentando novos desafios para todas as áreas do direito. Por exemplo, a experiência na Grã-Bretanha, nos EUA e, não menos importante, no Brasil tem mostrado que as campanhas eleitorais hoje são amplamente conduzidas e ganhas através de plataformas como o “Facebook” e o “Twitter”, em que a informação – e especialmente as famosas “fake news” – é disseminada a uma velocidade relâmpago. Como pode a lei e a justiça eleitoral reagir a isto e garantir que as regras do jogo da formação do consenso político sejam respeitadas?

Ao mesmo tempo, porém, a digitalização também oferece inúmeras oportunidades. Anos atrás, por exemplo, o Judiciário brasileiro começou a digitalizar consistentemente os processos judiciais para que as petições pudessem ser transmitidas com o toque de um botão e os autos pudessem ser consultados a qualquer momento por juízes, advogados e partes. Por outro lado, o ainda habitual — e normalmente espesso — amontoado de papel que permanece a ser enviado e recebido nos processos judiciais alemães tem o cheiro de séculos passados. Será que o Judiciário alemão, que não pode nem vai mais se fechar à modernização, pode aprender com a prática brasileira nesse campo?

Com efeito, a digitalização não deixa de causar impacto também à nossa própria esfera jurídica pessoal. Como podemos assegurar que os nossos dados pessoais, que são constantemente recolhidos no ambiente virtual, não sejam indevidamente utilizados? Que impacto tem no direito dos contratos se, por exemplo, a decisão sobre a oferta e a aceitação já não for tomada por pessoas, mas sim por “algoritmos”? Como é herdada a “propriedade digital”, ou seja, a massa de nossas contas de e-mail, contas do Facebook e outros dados pessoais?

Uma questão que preocupa particularmente muitos dos nossos membros, nomeadamente o impacto da digitalização na formação e profissão dos

advogados, será discutida no final da nossa conferência por uma “Mesa Redonda” binacional.

A Direção está ansiosa para vê-los novamente em Porto Alegre! Como sempre, os não-membros também são muito bem-vindos!

pelo Conselho Executivo Dr. Jan Peter Schmidt

**Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung e.V.
Associação de Juristas Alemanha-Brasil**

in Zusammenarbeit mit / em cooperação com

**Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Rio Grande do
Sul
Konrad Adenauer Stiftung
Centro de Estudos Europeus e Alemães – DAAD / UFRGS /
PUCRS**



XXXVIII. Jahrestagung 2019 / Congresso Anual 2019

„Recht, Justiz und Digitalisierung“

„Direito, Justiça e Digitalização“

21. bis 23. November 2019 / de 21 a 23 de novembro de 2019

**Escola Superior der Anwaltschaft / Escola Superior da
Advocacia-OAB/RS
Porto Alegre, Brasil**

Programm / Programa

Mittwoch / Quarta-feira, 20. November 2019

- 13h30 Besuch des *Tribunal Federal Regional* und (ab 14:00 Uhr) Teilnahme an mündlicher Verhandlung der 8. Turma (zuständig für das *Lava Jato*-Verfahren) / Visita ao TRF e (a partir das 14:00 horas) acompanhamento da sessão da 8^a Turma (competente para os julgamentos da Lava-Jato)
- 15h00 Stadtführung durch Porto Alegres historisches Viertel / Visita guiada pelo centro histórico de Porto Alegre (ca. 3 Stunden / appr. 3 horas)
- 19h00 Informeller Begrüßungsabend / Jantar informal de boas vindas
Galeto Mamma Mia – Shopping Center Praia de Belas
Av. Praia de Belas, 1181 Loja 123G, Porto Alegre/RS

Donnerstag / Quinta-feira, 21. November 2019

Tagungsort / Local: OAB/RS Cubo, Rua Manoelito de Ornellas 55, Porto Alegre/RS

- 09h30 Registrierung der Teilnehmer / Credenciamento
- 10h00 Begrüßungsansprachen / Cerimônia de abertura
Dr. Hans-Joachim Henckel, Vorsitzender der DBJV / Presidente da DBJV
Ricardo Ferreira Breier, Presidente da OAB/RS
Dr. Thomas Schmitt, Generalkonsul / Cônsul Geral da Alemanha
Carla Shores, Konrad-Adenauer-Stiftung, Auslandsbüro Brasilien / Fundação Konrad Adenauer no Brasil
Prof. Dr. Dr. h.c. Claudia Lima Marques, Diretora do Centro de Estudos Europeus e Alemães – DAAD / UFRGS / PUCRS (Porto Alegre)
Rosângela Herzer dos Santos, Diretora-Geral da Escola Superior de Advocacia do Brasil – OAB/RS (Porto Alegre)
- 11h00 *Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
„Justiça Eleitoral em tempos de *Twitter*, *Facebook* e *fake news*“ / „Wahljustiz in Zeiten von *Twitter*, *Facebook* und *fake news*“

mit anschließender Diskussion / com debate na sequência

- 12h30 Mittagessen / Intervalo para almoço
Restaurante Solare in der Federação Gaúcha de Futebol, Av. Ipiranga 10, Porto Alegre
- 14h30 *Prof. Dr. Laura Schertel Ferreira Mendes*, Universidade de Brasília / Instituto Brasiliense de Direito Público (Brasília)
„Digitalização e proteção dos dados pessoais – reformas brasileiras e experiências europeias“ / „Digitalisierung und Schutz persönlicher Daten – brasilianische Reformen und europäische Erfahrungen“

mit anschließender Diskussion / com debate na sequência
- 16h00 Kaffeepause / Pausa para café e boas conversas
- 16h30 *Dr. Astrid Auer-Reinsdorf*, Fachanwältin für IT-Recht / Advogada especializada em tecnologia informática (Berlin)
„Digitalisierung und Vertragsrecht“ / „Digitalização e direito dos contratos“

mit anschließender Diskussion / com debate na sequência
- 18h00 Ende des ersten Teils der Tagung / Fim da primeira parte do Congresso
- 19h00 Abendveranstaltung / Jantar
Churrascaria Galpão Crioulo, Rua Otavio Francisco Caruso da Rocha 300, Porto Alegre

Freitag / Sexta-feira, 22. November 2019

- 9h00 Fortsetzung der Tagung / Continuação do Congresso

Anderer Tagungsort! / Local diferente! OAB/RS Sala do Conselho Pleno, Porto Alegre

- 9h30 *Paulo Paim da Silva*, Juiz Federal / Bundesrichter (Porto Alegre)
„Digitalização do Poder Judiciário – uma perspectiva brasileira“ / „Digitalisierung der Justiz – eine brasilianische Perspektive“

mit anschließender Debatte / com debate na sequência
- 11h00 Kaffeepause / Pausa para café e boas conversas

- 11h30 *Birgit Ackermann*, Ministerialrätin, Sächsisches Staatsministerium der Justiz / Diretora, Ministério da Justiça do Estado da Saxônia
- „Digitalisierung der Justiz – eine deutsche Perspektive“
/ „Digitalização do Poder Judiciário – uma perspectiva alemã“
- mit anschließender Diskussion / com debate na sequência
- 13h00 Mittagessen / Intervalo para almoço
Restaurante Solare in der Federação Gaúcha de Futebol,
Av. Ipiranga 10, Porto Alegre
- 15h00 *Prof. Dr. Gabrielle Sales Sarlet*, Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter (Porto Alegre)
„Herança digital – novos desafios para o direito das sucessões“ / „Digitaler Nachlass – neue Herausforderungen für das Erbrecht“
- 16h30 Mesa Redonda / Round Table
„A influência da digitalização sobre a formação e o perfil do advogado“ / „Einfluss der Digitalisierung auf Ausbildung und Berufsbild des Rechtsanwalts“
Moderator / Moderador: *Dr. Jan Curschmann*, Rechtsanwalt, Honorarkonsul Brasiliens in Hamburg / Advogado, Consul Honorário do Brasil em Hamburgo
Teilnehmer / Participantes:
Dr. Astrid Auer-Reinsdorf, Fachanwältin für IT-Recht / Advogada especializada em tecnologia informática (Berlin)
Prof. Dr. Darci Guimarães Ribeiro, Vice-Diretor da Escola Superior de Advocacia do Brasil – OAB/RS (Porto Alegre)
Prof. Dr. Fabiano Menke, Universidade Federal de Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
- 17h30 Ende des zweiten Tagungstages / Fim da segunda parte do Congresso
- 19h30 Festliches Abendessen / Jantar Solene
Associação Leopoldina Juvenil / Salão Boa Vista, Rua Marquês do Herval 280, Porto Alegre

Samstag / Sábado, 23. November 2019

- 08h30 Ausflug / Excursão
Tour auf dem historischen Dampfzug „Maria Fumaça“,
Italienisches Mittagessen, Besuch des Weingutes Casa
Valduga (mit Weinprobe) / Passeio de „Maria Fumaça“,
almoço italiano, visita à vinícola Casa Valduga (com
degustação de vinhos)
- 18h00 Ausstieg am Flughafen möglich / possibilidade de descer no
aeroporto

Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung e.V., Frankfurt

Vorstand / Diretoria:

Dr. Hans-Joachim Henckel, Berlin

Irene Haagen, Kallmünz

Parvis Papoli-Barawati, Berlin

Andreas Sanden, São Paulo

Dr. Jan Peter Schmidt, Hamburg

Perspektiven für eine optimale Kooperation im deutsch-brasilianischen Rechtshilfeverkehr (in Zivilsachen)*

VON
THOMAS KLIPPSTEIN¹

1. Einleitung

Die Notwendigkeit grenzüberschreitender Zivilrechtshilfe ergibt sich in aller Regel aus intensiven Wirtschaftskontakten und aus grenzüberschreitenden persönlichen Kontakten.

- Die Wirtschaftskontakte zwischen Brasilien und Deutschland sind vielfältig und stark ausgeprägt.
- Der deutsche Bestand an Direktinvestitionen in Brasilien wird auf 25 Milliarden US Dollar geschätzt.
- Der Wert des deutschen Engagements im Außenhandel beträgt 2017 ca. 9 Milliarden beim Export und ca. 5 Milliarden beim Import.
- Sao Paulo ist, wenn man Ausführungen einer Wirtschaftsgazette folgt, neben Shanghai der größte deutsche Industriestandort außerhalb Deutschlands. Die Fernstraße zwischen Sao Paulo und Santos präsentiert sich, so wird behauptet, streckenweise wie ein deutsches Industriegebiet. Dort sitzen z.B. Daimler und Volkswagen, Bayer und BASF.
- Die deutsche Deutsch-Brasilianische Auslandshandelskammer hat 150 Mitarbeiter, die Kontakte zwischen der brasilianischen und der deutschen Wirtschaft pflegen.
- Etwa 1600 Deutsch-brasilianische Wirtschaftsunternehmen sind in Brasilien tätig. Sie sollen bis zu 12 % des brasilianischen Bruttoinlandsproduktes erwirtschaften und etwa 240.000 Arbeitsplätze bieten.

Mit dieser intensiven wirtschaftlichen Zusammenarbeit wächst auch das Potenzial grenzüberschreitender persönlicher Kontakte, die sich noch dazu aus erheblich erleichterten Aufenthalten zu Studien-, Ausbildungs- und zu Arbeitszwecken im jeweils anderen Staat ergeben. Dies gilt für Personen aus Deutschland und Brasilien. Binationale Ehen und Partnerschaften sowie grenzüberschreitende Erbschaften wird man vermehrt antreffen.

* Überarbeitete Fassung des Vortrags auf der XXXVI. Jahrestagung der DBJV 2017. Die Vortragsform wurde weitgehend beibehalten.

¹ Bundesministerium der Justiz und für Verbraucherschutz (BMJV).

Die Zivilrechtshilfe sichert in diesem Zusammenhang in erster Linie die Durchsetzung von Ansprüchen z.B. aus Verträgen oder persönlichen Verhältnissen. Sie erleichtert vor allem grenzüberschreitende Gerichtsverfahren und die Anerkennung von in diesen Verfahren ergangenen Gerichtsentscheidungen im jeweils anderen Staat.

Bei den vorliegenden intensiven Kontakten könnte man auf die Idee kommen, dass es auch schon einen sehr intensiven Deutsch-Brasilianischen Rechtshilfeverkehr gibt. Das ist jedoch nicht der Fall. Die Jahresübersicht des BMJV zeigt lediglich 90 nach Brasilien ausgehende Ersuchen und 100 aus Brasilien eingehende Ersuchen auf. Der Grund dafür ist nicht feststellbar. Es liegt hoffentlich daran, dass binationale Ehen so gut funktionieren und die Wirtschaftsteilnehmer ohne gerichtlichen Druck ihre Verbindlichkeiten begleichen. Es kann aber auch daran liegen, dass Unternehmen und auch Privatpersonen grenzüberschreitende Streitigkeiten gerade deshalb vermeiden, weil der Rechtshilfeverkehr nach ihrer Auffassung noch nicht optimal ausgestaltet ist und sich ein internationaler Rechtsstreit nicht lohnt. Aus diesem Grund sollte man einen Blick auf den Istzustand werfen und überlegen, ob Optimierungsmöglichkeiten bestehen. Der Schwerpunkt der nachfolgenden Ausführungen wird auf die Rechtshilfe bei Wirtschaftsstreitigkeiten gelegt, an einigen Stellen soll aber auch auf Besonderheiten des Rechtshilfeverkehrs in Familiensachen hingewiesen werden.

2. Begriff der Rechtshilfe

Was ist Rechtshilfe in Zivilsachen im Einzelnen? Hierzu sind in dem sehr informativen Memorandum der Deutsch-Brasilianischen Juristenvereinigung aus dem Jahr 2016, das bereits im BMJV vorgestellt worden ist, die wichtigsten Elemente enthalten:

- Grenzüberschreitender Zugang zu Gericht (Prozesskostensicherheit; Verfahrenskostenhilfe)
- Grenzüberschreitende Zustellung
- Grenzüberschreitende Beweisaufnahme
- Grenzüberschreitende Rechtsauskunft
- Grenzüberschreitender Urkundenverkehr
- Anerkennung und Vollstreckbarerklärung von Gerichtsentscheidungen

Sicherlich könnten hier noch weitere Elemente einbezogen werden, wie die internationale Partei- und Prozessfähigkeit, dies würde aber den Rahmen sprengen.

3. Rechtshilfe in Deutschland

Die Durchführung der Zivilrechtshilfe in Deutschland ist kompliziert geregelt. Da alle involvierten Akteure auch in Optimierungsbestrebungen im deutsch-brasilianischen Rechtshilfeverkehr einbezogen werden müssten, soll sie hier kurz erläutert werden.

Deutschland ist ein föderaler Staat mit 16 Bundesländern, die nach der Verfassung besonders im Bereich der Verwaltung wichtige Aufgaben übernehmen. Dies betrifft auch die Justizverwaltung, der die internationale Zivilrechtshilfe zugeordnet wird.

Der Bundesstaat hat durch die Verfassung zwar die Kompetenz, Gesetze zum (internationalen) Zivilprozess zu verabschieden und völkerrechtliche Vereinbarungen in diesem Bereich zu schließen. Dies sind die Grundlagen der Zivilrechtshilfe. Daran wirken das BMJV, das Außenministerium (AA) und die Länder mit, wenn in den Gesetzen und internationalen Abkommen Regelungen enthalten sind, die die administrative Abwicklung der Rechtshilfe betreffen. Die Justizverwaltung und damit die verwaltungsmäßige Umsetzung dieser Gesetze und Übereinkommen ist jedoch exklusiv den Ländern zugewiesen und wird von diesen autonom geleistet. Deshalb gibt es in Deutschland z.B. häufig 16 Zentrale Behörden, eine pro Land, wenn internationale Übereinkommen den Behördenweg über solche Behörden zulassen.

Um die erforderliche Kontrolle und die gleichförmige Ausführung der Rechtshilfe zu sichern, ist als Bundesoberbehörde des BMJV (besondere Behörde) das Bundesamt für Justiz (BfJ) geschaffen worden. Für das „Feintuning“ haben BfJ, BMJV und AA auf Bundesseite und die Länder die Rechtshilfeordnung in Zivilsachen (ZRHO) verabschiedet, eine Verwaltungsvereinbarung, die die Einzelheiten der Abwicklung von Rechtshilfeersuchen regelt. BMJV und BfJ kontrollieren die Justizadministrationen im Hinblick auf die Einhaltung gesetzlicher und internationaler Vorgaben in Einzelfällen, wenn eher formale und materiell-rechtliche Fragen berührt sind. Das AA übernimmt die politische Kontrolle, wenn es z.B. um die Verweigerung der Erledigung eines Ersuchens aus Gründen der Staatenimmunität oder wegen Sicherheitsinteressen geht.

Landesjustizverwaltungen, AA, BMJV und BfJ treffen sich einmal jährlich auf einer Tagung, um schwierige Einzelfälle zu erörtern, die Gleichförmigkeit der Erledigung von Ersuchen sicherzustellen und neue Entwicklungen vor zu besprechen.

4. Zugang zu Gericht

Brasilien hat bereits Grundlagen geschaffen, die bei der grenzüberschreitenden Prozesskostensicherheit und Verfahrenskostenhilfe Erleichterungen schaffen können. Es hat schon vor einigen Jahren das Haager Abkommen von 1980 über Erleichterungen beim internationalen Zugang zu Gericht rati-

fiziert. Darin sind Regelungen zur Vereinfachung der grenzüberschreitenden Prozesskostensicherheit und zur grenzüberschreitenden Verfahrenskostenhilfe niedergelegt. Prozesskostensicherheit ist dabei zu unterscheiden vom Gerichtskostenvorschuss, den jeder in- oder ausländische Kläger leisten muss, wenn er keine Verfahrenskostenhilfe erhält.

Von den Klägern aus anderen Vertragsstaaten wird nach dem Übereinkommen grundsätzlich keine Prozesskostensicherheit verlangt. Zugleich wird angeordnet, dass ein Kostentitel gegen sie nach einem verlorenen Prozess in den anderen Vertragsstaaten anerkannt und für vollstreckbar zu erklären ist. Im Bereich der Verfahrenskostenhilfe ist geregelt, dass die Vertragsstaaten ausländische Parteien bei deren Bewilligung genauso behandeln sollen wie inländische Parteien. Außerdem wird eine vereinfachte grenzüberschreitende Antragstellung über Zentrale Behörden ermöglicht.

Dieses Haager Übereinkommen von 1980 gilt noch nicht für Deutschland. Für Deutschland ist allerdings das Haager Übereinkommen von 1954 über den Zivilprozess (HZPÜ) anwendbar, das ebenfalls Regelungen zur Prozesskostensicherheit und zur Verfahrenskostenhilfe vorhält. Genau genommen ist das Übereinkommen von 1980 eine Fortschreibung des Übereinkommens von 1954, was die Prozesskostensicherheit und die Verfahrenskostenhilfe angeht.

a. Prozesskostensicherheit

Im Verhältnis zwischen Deutschland und Brasilien gilt wegen dieser Divergenz deshalb jeweils noch das nationale Recht. Danach müssen brasilianische Kläger für ein Verfahren in Deutschland grundsätzlich Prozesskostensicherheit leisten. Nach § 110 ZPO wird ein ausländischer Kläger nur dann davon befreit, wenn er in der Europäischen Union oder im europäischen Wirtschaftsraum seinen gewöhnlichen Aufenthalt hat, oder wenn er hier Grundvermögen oder gesicherte Forderungen besitzt, in die vollstreckt werden kann. Der gewöhnliche Aufenthalt von Unternehmen wird durch den tatsächlichen Verwaltungssitz und regelmäßig nicht durch den satzungsmäßigen Sitz bestimmt. Der Höhe nach umfasst die Sicherheit mindestens die Kosten, die dem Beklagten für eine Instanz entstehen können, kann also bei kapitalschwachen Klägern und bei höheren Streitwerten durchaus belastend sein. Für Privatpersonen besteht unter besonderen Umständen eine geringfügig bessere Situation, weil Prozesskostensicherheit auch dann nicht zu leisten ist, wenn dem Kläger Verfahrenskostenhilfe bewilligt worden ist. Ausländische Unternehmen erhalten regelmäßig keine Verfahrenskostenhilfe.

Optimierungsmöglichkeiten

Deutschland könnte ebenfalls das modernere Übereinkommen von 1980 ratifizieren. Dieser an sich wünschenswerte Schritt ist bisher am Widerstand

der Länder gescheitert, die dafür kein Bedürfnis gesehen haben und die zusätzliche finanzielle Belastungen wegen nicht eintreibbarer Gerichtskosten im Ausland sehen. Die Erfahrungen mit den Artikeln 17 bis 19 des HZPÜ dienen dabei wohl als negatives Beispiel. Außerdem ist für den wichtigen Bereich der Europäischen Union (die meisten grenzüberschreitenden Klagen sind zwischen Unternehmen und Personen der Mitgliedstaaten zu verzeichnen) das Problem der Prozesskostensicherheit gelöst. Kläger aus anderen Mitgliedstaaten müssen nicht zahlen, da dies die unionsrechtlich garantierten Marktfreiheiten beeinträchtigen würde.

Ein Abkommen erscheint in diesem Bereich wenig aussichtsreich, weil die Länder dagegen dieselben Argumente wie gegen das Haager Übereinkommen von 1980 vorbringen werden.

BMJV versucht derzeit erneut, die Bereitschaft zur Unterzeichnung des Haager Übereinkommens von 1980 bei AA und den Ländern auszutesten.

b. Verfahrenskostenhilfe

Im Verhältnis zwischen Deutschland und Brasilien gilt auch insoweit das deutsche Recht. § 116 ZPO ordnet an, dass ausländische Unternehmen nur Verfahrenskostenhilfe erhalten können, wenn sie in Deutschland, der Europäischen Union oder im Europäischen Wirtschaftsraum gegründet worden sind und sich dort der tatsächliche Verwaltungssitz befindet. Hinzukommen muss, dass die ansonsten unterlassene Rechtsverfolgung oder Rechtsverteidigung allgemeinen deutschen Interessen zuwiderlaufen würde. Damit wird die Prozesskostenhilfe für ausländische Unternehmen regelmäßig ausgeschlossen, für inländische auf einige Verfahren beschränkt, die besondere Wirkungen auf die Allgemeinheit haben (Erhalt von Arbeitsplätzen).

Für Privatpersonen allerdings sieht das deutsche Recht in § 114 ZPO eine Gleichbehandlung zwischen inländischen und ausländischen Klägern und Beklagten vor. Wenn beispielsweise ein Brasilianer vor einem deutschen Gericht die Scheidung beantragt, so kann er Verfahrenskostenhilfe erhalten, wenn seine wirtschaftliche Lage eine Kostenübernahme nicht zulässt und wenn sein Begehren ausreichende Erfolgsaussicht hat.

Optimierungsmöglichkeiten

Deutschland könnte hierzu ebenfalls das Übereinkommen von 1980 ratifizieren, das sich wohl auch auf juristische Personen bezieht („persons“). Auch dazu verhalten sich die Länder zurückhaltend.

Die Ratifikation des Übereinkommens oder ein bilateraler Rechtshilfevertrag zwischen Brasilien und Deutschland würde auch das Grundproblem der Prozesskostenhilfe nicht beseitigen. Das Grundproblem besteht darin, dass die Staaten in unterschiedlichem Umfang ausländischen natürlichen und juristischen Personen Prozesskostenhilfe bewilligen wollen. Sofern in internationalen Regelungen nur angeordnet ist, dass der Vertragsstaat aus-

ländischen Unternehmen und Privatpersonen Inländerbehandlung zusichert, hilft das den Betroffenen nicht, wenn nach inländischem Recht kein Anspruch auf Verfahrenskostenhilfe besteht.

Man könnte theoretisch so weit gehen wie die Mitgliedstaaten der EU in der sogenannten PKH Richtlinie (Nr. 2003/8/EG). Darin wird zumindest für natürliche Personen ein Grundanspruch auf Verfahrenskostenhilfe niedergelegt, den alle Mitgliedstaaten gewähren müssen. Dieser Grundanspruch gilt jedoch nicht für juristische Personen, die bei der Betrachtung des deutsch-brasilianischen Rechtshilfeverkehrs besondere Beachtung verdienen. Außerdem ist zweifelhaft, ob zu einer so weitgehenden Regelung in beiden Staaten Bereitschaft bestehen würde.

5. Grenzüberschreitende Zustellung

Über dieses Thema ist gestern schon ausführlich gesprochen worden. Deshalb folgen hier nur noch wenige ergänzende Ausführungen.

Die beiden vertraglosen Rechtshilfesysteme in Brasilien und Deutschland im Bereich der grenzüberschreitenden Zustellung sind vergleichbar. Es gibt vor allem ein ausgefeiltes Kontrollsystem für ausländische Ersuchen. In Brasilien ist dieses System noch stärker formalisiert und endet mit einer Exequaturentscheidung. Kontrollinstanzen sind in Brasilien das Justizministerium, das Außenministerium und der oberste Gerichtshof. In Deutschland fungieren die Prüfungsstellen der Landesjustizverwaltungen als Hauptkontrollinstrument, die ihrerseits aber auch das Bundesamt für Justiz, das BMJV und das AA ergänzend einschalten können. Geprüft werden die politische Adäquanz von Zustellungsersuchen z.B. bei der Zustellung von Klagen gegen ausländische Staaten oder Diplomaten und die Einhaltung materieller und förmlicher Voraussetzungen. Daran wird sich im Grundsatz auch durch den Abschluss einer völkerrechtlichen Vereinbarung nichts ändern.

Allerdings könnte durch einen direkteren Übermittlungsweg und durch einen rechtlichen Rahmen für Voraussetzungen und die Form von Rechtshilfeersuchen deren Akzeptanz erhöht und die Dauer ihrer Erledigung verkürzt werden.

Derzeit wird bei der Übermittlung von Ersuchen der umständliche diplomatische Weg eingehalten. Materielle und förmliche Voraussetzungen sind ungeklärt und geben Anlass zu Unsicherheit und Nachfragen. Eine Erledigung des Ersuchens ist nur dann möglich, wenn der Empfänger sich zur Annahme bereit erklärt. Dies sind gravierende Nachteile.

Wenn der Empfänger beispielsweise nicht empfangsbereit ist und die Annahme des Schriftstücks ablehnt, kann das Gerichtsverfahren in dem ausländischen Staat zwar weitergeführt werden. Die meisten Verfahrensordnungen kennen für diesen Fall des Scheiterns der Auslandszustellung eine ersatzweise öffentliche Zustellung der Klage im Inland. Entscheidungen, die nach einer öffentlichen Zustellung im Inland ergehen, sind jedoch in aller Regel in anderen Staaten nicht anerkennungsfähig. Der Vollstreckungs-

schuldner wird regelmäßig einwenden, er habe kein ausreichendes rechtliches Gehör im Ausgangsverfahren gehabt. Das ist ein international anerkannter regelmäßiger Ablehnungsgrund.

Deutschland ist deshalb Vertragsstaat des Haager Zustellungsübereinkommens von 1965 (HZÜ). Dieses Übereinkommen sieht die Übermittlung von Zustellungsersuchen über Zentrale Behörden vor, einen wesentlich einfacheren Übermittlungsweg. In Deutschland sind als Zentrale Behörden die Landesjustizverwaltungen oder bestimmte Oberlandesgerichte bestimmt. Diese können z.B. eingehende Ersuchen nach Prüfung selbst erledigen, indem sie eine Postzustellung anordnen. Sie können aber auch das für den Wohnsitz des Empfängers zuständige Amtsgericht zur Erledigung veranlassen. Die Zustellung erfolgt dann durch einen Gerichtsvollzieher. Das Haager Zustellungsübereinkommen lässt sogar die Postzustellung zwischen Staaten zu. Deutschland hat gegen Postzustellungen ins Inland zwar einen Vorbehalt erklärt. Deutschland hat dagegen zwar einen Vorbehalt erklärt, was Postzustellungen ins Inland betrifft, Deutschland praktiziert aber die Postzustellung ins Ausland, wenn Drittstaaten dies im Verhältnis zu Deutschland ausdrücklich zugelassen haben. Außerdem umreißt das Haager Zustellungsübereinkommen klar und deutlich materielle und formelle Voraussetzungen für Zustellungsersuchen.

Optimierungsmöglichkeiten

Brasilien könnte dem HZÜ von 1965 beitreten. Dies dürfte für die interne Abwicklung von Zustellungsersuchen in Brasilien keine großen Änderungen erfordern. Brasilien könnte sein System des Exequatur beibehalten. Das Übereinkommen schreibt nicht vor, wie ausländische Rechtshilfeersuchen intern zu erledigen sind. Allerdings geht es davon aus, dass die Erledigung innerhalb absehbarer Zeit stattfindet. Das sollte regelmäßig jedenfalls nicht mehr als drei bis sechs Monate dauern. Eingeführt würde damit auch die Möglichkeit der förmlichen Zustellung nach dem Recht des Empfangsstaates. Eine grundlose Annahmeverweigerung könnte im Gerichtsstaat zu einer Zustellungsfiktion führen und würde die Vollstreckung von Gerichtsentscheidungen im Ausland erleichtern.

Wenn Brasilien dem HZÜ beitrifft, könnten Deutschland und Brasilien auf der Ebene der Verwaltung ergänzende weitere Erleichterungen vereinbaren. Denkbar ist z.B. die Entwicklung von zwei oder mehrsprachigen Formblättern, die deutsche und brasilianisch/portugiesische Angaben ermöglichen.

Jedenfalls keine primäre Option wäre in diesem Bereich der Abschluss einer bilateralen Rechtshilfevereinbarung. Der Grund dafür ist zum einen, dass Deutschland multilaterale Regelungen im Bereich der Zivilrechtshilfe favorisiert. Zum anderen ergeben sich Probleme im Hinblick auf die Eingebundenheit Deutschlands in die Europäische Union (EU). Diese Einbindung hat mindestens in Teilbereichen der Zivilrechtshilfe zur Folge, dass Mit-

gliedstaaten wie Deutschland außenpolitisch nicht mehr allein handeln können, sprich keine bilateralen Verträge schließen können. Diese Beschränkung dürfte nach Auffassung von Europarechtlern auch für den Bereich der grenzüberschreitenden Zustellung gelten. Die Europäische Union hat für diesen Bereich internes EU-Recht geschaffen, die Europäische Zustellungsverordnung (Nr. 1393/2007). Im Verhältnis zu Drittstaaten hat sie alle Mitgliedstaaten aufgefordert, das HZÜ von 1965 zu ratifizieren. Dies gehört deshalb zum sogenannten *Acquis Communautaire*. Dieser Aufforderung zur Ratifikation sind inzwischen alle Mitgliedstaaten nachgekommen. Malta und Österreich durften dem Übereinkommen nur noch „im Interesse der Europäischen Union“ beitreten, ein klares Indiz dafür, dass die EU hier eine exklusive Außenkompetenz reklamiert. Diese unionsrechtlichen Probleme bestanden noch nicht als Brasilien mit Frankreich, Italien und Spanien zuletzt 1996 bilaterale Verträge geschlossen hat. Zu dem Zeitpunkt war die Zivilrechtshilfe noch nicht „vergemeinschaftet“.

Wenn dennoch ein Abkommen zwischen Deutschland und Brasilien in Betracht gezogen werden sollte, müsste Deutschland jedenfalls vor Beginn von Verhandlungen bei der Europäischen Kommission als Hüterin für die Einhaltung von Unionsrecht nachfragen, ob dies aus unionsrechtlicher Sicht zugelassen wird. Inhaltlich könnte eine Regelung sich dann auch sicher nicht von den Regelungen dieses Übereinkommens entfernen, um die Einheitlichkeit des Auftretens aller Mitgliedstaaten gegen über Drittstaaten nicht zu beeinträchtigen. Ob ein solches Abkommen sinnvoll wäre, ist daher aus guten Gründen zu bezweifeln.

Wenn Brasilien nicht bereit ist dem Haager Zustellungsübereinkommen beizutreten und auch ein bilateraler Rechtshilfevertrag nicht möglich ist, sind immer noch Erleichterungen auf Grund einer Absprache zwischen den jeweiligen Justizverwaltungen möglich. In Betracht kommen auch im vertragslosen Rechtshilfeverkehr Absprachen über die Anforderungen an ein Rechtshilfeersuchen oder die Erarbeitung von gemeinsamen Formblättern. Diese würden zwar am Übermittlungsweg und den grundsätzlichen rechtlichen Rahmenbedingungen nichts ändern, sie könnten aber das gegenseitige Vertrauen erhöhen und deswegen die Erledigungsdauer und Erledigungsbreite von Ersuchen positiv verändern.

6. Grenzüberschreitende Beweisaufnahme

Zwischen Deutschland und Brasilien gilt seit 2014 das Haager Beweisaufnahmeübereinkommen von 1970 (HBÜ). Nachfragen haben ergeben, dass es in bisher wenigen deutsch-brasilianischen Fällen funktioniert hat.

- Das Übereinkommen ermöglicht eine indirekte Beweisaufnahme auf Ersuchen eines Staates durch die Gerichte eines anderen Staates. Das kann z.B. eine Zeugenvernehmung in Deutschland für ein Gerichtsverfahren in Brasilien betreffen, die durch ein deutsches Rechtshil-

fegericht durchgeführt wird. Brasilien hat mitgeteilt, dass die Erledigungsdauer für derartige Ersuchen ca. zehn Monate beträgt. In Deutschland ist mit leicht kürzeren Erledigungszeiten zu rechnen.

- Das Haager Beweisaufnahmeübereinkommen ermöglicht -und das ist weniger bekannt- aber auch eine direkte Beweisaufnahme durch konsularische oder diplomatische Vertreter oder durch Beauftragte des ersuchenden Gerichts (Art. 15, 16, 17), meistens nach Genehmigung durch den ersuchten Staat. Brasilien hat eine Erklärung zu diesen Artikeln soweit ersichtlich nicht abgegeben. In welchem Umfang deutsche Konsularbeamte oder diplomatische Vertreter danach in Brasilien Zeugen befragen können, ist nicht klar. Deutschland hat zu den genannten Artikeln Erklärungen abgegeben: Sie ermöglichen die Beweisaufnahme durch brasilianische diplomatische Vertreter ohne vorherige Genehmigung, wenn der zu vernehmende Zeuge brasilianischer Staatsangehöriger ist oder die brasilianische und die Staatsangehörigkeit eines dritten Staates hat. Ist der Zeuge nur Drittstaater, kann seine Vernehmung nach vorheriger Genehmigung durch deutsche Behörden erfolgen. Lediglich die Vernehmung eines deutschen Zeugen ist nicht möglich.

Optimierungsmöglichkeiten

In diesem Bereich drängen sich zusätzliche vertragliche Absprachen nicht auf.

Allerdings könnten durch Verwaltungsabsprachen zwischen den deutschen und brasilianischen Justizadministrationen Möglichkeiten ausgelotet werden, um die Erledigung von Rechtshilfeersuchen weiter zu erleichtern und die Dauer der Erledigung weiter zu reduzieren. Denkbar sind beispielsweise Absprachen über die Zulässigkeit der Beweisaufnahme durch Videokonferenzen. Damit wird nicht eine direkte Beweisaufnahme des ausländischen Gerichts eingeführt, aber die Abwicklung einer Zeugenbefragung erleichtert. Ein deutscher Richter könnte für ein brasilianisches Gericht Zeugen vernehmen,

- indem er den Zeugen durch Videokonferenz von dessen Wohnort an den Gerichtsort zuschaltet und
- indem auch das brasilianische Gericht und die Parteien mit ihren Vertretern aus Brasilien per Videokonferenz an diesen Gerichtsort in Deutschland zugeschaltet werden.

Technische Einzelheiten und rechtliche Randbereiche wie Dolmetscherleistungen oder besondere Formen der Zeugenvernehmung müssten vorab geklärt werden.

Die Haager Konferenz erstellt in diesem Zusammenhang gerade Staatenprofile über die Möglichkeiten von Videokonferenzen nach dem HBÜ. Deutschland beteiligt sich daran.

Für die direkte Beweisaufnahme durch ausländische diplomatische und konsularische Vertreter oder Beauftragte des Gerichts wäre eine weitere rechtliche Klärung zwischen den beiden Staaten unter Beteiligung der jeweiligen Außenministerien wünschenswert. Hier könnten brasilianische und deutsche Experten schriftlich darlegen, in welchem Umfang eine solche Beweisaufnahme auf ihrem Staatsgebiet möglich ist. Dies könnte der Rechtspraxis in beiden Staaten schriftlich erläutert werden, so dass die Richter wissen, in welchen Fällen sie ihre Auslandsvertretungen um Hilfe bitten können.

7. Grenzüberschreitende Rechtsauskunft

In manchen Gerichtsverfahren kommt es für das entscheidende Gericht darauf an, Kenntnisse des ausländischen Rechts zu haben. Dies gilt insbesondere dann, wenn nach den Vorschriften des internationalen Privatrechts das Recht eines ausländischen Staates zur Anwendung kommt. Denkbar ist im Vertragsrecht die Wahl eines ausländischen Rechts oder ansonsten z.B. in Familiensachen die Anknüpfung an die Staatsangehörigkeit einer Person.

In Deutschland muss sich das zuständige Gericht nach § 293 ZPO selbst über das in einem anderen Staat geltende Recht informieren und kann sich nicht wie im Common Law auf das dazu von den Parteien Vorgebrachte verlassen. Regelmäßig werden teure Gutachten eingeholt. Von erheblichem Vorteil wäre es für das Gericht und die Parteien, wenn es sich bei einer ausländischen Stelle, die dazu autoritativ Auskunft geben kann, über den Inhalt des ausländischen Rechts informieren könnte.

Aus diesem Grund hat Deutschland das Europäische Rechtsauskunftsübereinkommen von 1968, das im Rahmen des Europarats verhandelt worden ist, ratifiziert. Es ermöglicht Rechtshilfeersuchen zur Auskunft über nationales Recht durch die nationalen Justizministerien. Erfragt werden können der Inhalt von Rechtsnormen und die dazu ergangene Rechtsprechung. Nicht möglich ist allerdings nach dem Übereinkommen die Beantwortung von Fragen, die auf eine Rechtsauslegung abzielen, wie das nationale Recht im konkreten Fall anzuwenden ist.

Dieses Übereinkommen ist inzwischen gut angenommen worden. An das BMJV werden pro Jahr annähernd 100 Rechtsauskunftersuchen gestellt. Die Auskünfte werden kostenlos erteilt, wodurch sich die Kostenbelastung der Parteien erheblich verringert.

Optimierungsmöglichkeiten

Dem Übereinkommen können auch Staaten, die dem Europarat nicht angehören, beitreten. Brasilien könnte erwägen, dies zu tun. Deutschland könnte bei den Europaratsstaaten in diesem Fall auf eine Einladung Brasiliens drängen, die nach Artikel 18 des Abkommens erforderlich ist. Dem Über-

einkommen gehören bereits Mexiko und Costa Rica an. Dort könnte Brasilien sich nach Erfahrungen mit dem Übereinkommen erkundigen.

Als allenfalls zweitbeste Lösung käme eine bilaterale Vereinbarung in Betracht. So enthält z.B. der deutsch-marokkanische Rechtshilfe- und Rechtsauskunftsvertrag von 1985 in den Artikeln 18-26 Vorschriften zur Rechtsauskunft, die auch im Verhältnis zu Brasilien zugrunde gelegt werden könnten. In dem Bereich der Rechtsauskunft wäre Deutschland auch noch nicht durch Unionsrecht in seinem Handlungsrahmen beschränkt.

8. Grenzüberschreitender Urkundenverkehr

Brasilien hat das Haager Apostille-Übereinkommen von 1961 ratifiziert. Es ist zwischen Deutschland und Brasilien 2016 in Kraft getreten. Damit sind viele Schwierigkeiten beseitigt worden, die vorher im bilateralen Urkundenverkehr bestanden haben. Inzwischen wird durch eine Behörde im Errichtungsstaat der Urkunde und nicht mehr im Empfangsstaat festgestellt, dass die Unterschrift unter der Urkunde echt ist, dass die Amtseigenschaft, in der die unterzeichnende Person gezeichnet hat, gegeben ist und dass ein bei gedrucktes Siegel oder ein bei gedruckter Stempel echt ist. Damit entfallen in aller Regel auch Übersetzungsschwierigkeiten, die mit Anforderungen an den Übersetzer zu tun haben. Die Urkunde kann, nachdem sie apostilliert worden ist, in dem Staat übersetzt werden, in dem sie verwandt werden soll, ohne dass auf Übersetzer in dem Herkunftsstaat der Urkunde zurückgegriffen werden muss.

Optimierungsmöglichkeiten

Zunächst sollten erste Erfahrungen abgewartet werden, ob die administrative Durchführung des Übereinkommens zwischen den beiden Staaten problemfrei läuft. Möglicher Weise ist hier nachzubessern.

Mittelfristig sind auch Absprachen im Hinblick auf die Einführung einer E-Apostille denkbar. Brasilien ist nach hiesiger Information diesbezüglich schon weiter als die Bundesrepublik Deutschland. Brasilien hat sich der Initiative der Haager Konferenz zur Schaffung einer elektronischen Apostille angeschlossen. Die E-Apostille ermöglicht -verkürzt gesprochen- eine Erteilung, Kontrolle und Verwendung der Apostille in elektronischer Form. Deutschland hat bisher die Möglichkeit der Einführung einer E-Apostille, die das Haager Übereinkommen von 1961 jedenfalls nicht verbietet, noch nicht genutzt. Allerdings wird jetzt verstärkt darauf gedrängt, diesen Schritt ebenfalls zu gehen, um die Kosten weiter zu senken bzw. eine grenzüberschreitende Anwendung weiter zu verbessern. Erste Überlegungen werden derzeit mit anderen Ressorts der Bundesregierung und den Ländern ange stellt. Hier könnte Brasilien mit seinen Erfahrungen helfen.

9. Anerkennung und Vollstreckbarerklärung von Gerichtsentscheidungen

Ausländische Gerichtsentscheidungen entfalten in einem anderen Staat als dem Gerichtsstaat in aller Regel nicht automatisch Rechtswirkungen. Sie müssen als ausländischer Hoheitsakt in einem Zwischenverfahren anerkannt und für vollstreckbar erklärt werden, wenn sie gegen einen (deutschen oder brasilianischen) Schuldner zwangsweise durchgesetzt werden sollen.

Im Moment gibt es zwischen Brasilien und Deutschland keine völkerrechtliche Vereinbarung, welche die Anerkennung und Vollstreckbarerklärung von -in der Praxis wichtigen- Zahlungsurteilen zwischen Unternehmen betrifft. Für die Vollstreckbarerklärung gilt deshalb das jeweilige internationale Zivilverfahrensrecht.

In Deutschland ist die Anerkennung und Vollstreckbarerklärung von Zahlungsurteilen in den §§ 328, 722, 723 ZPO geregelt. In Familiensachen gelten die §§ 107 bis 110 des Gesetzes über das Verfahren in Familiensachen -FamFG-, das im Wesentlichen denselben Grundsätzen folgt. Vorgehalten wird ein einfaches und relativ schnelles Verfahren. Streitgegenstand ist der öffentlich-rechtliche Anspruch des Urteilsgläubigers auf Erklärung der Vollstreckbarkeit der Entscheidung in Deutschland. Eine inhaltliche Überprüfung der Entscheidung selbst wird nicht vorgenommen. Wenn der Streitgegenstand nicht höher als 5000 € ist, entscheidet das Amtsgericht, vor dem keine anwaltliche Vertretung nötig ist. In allen Fällen wird, wenn überhaupt, regelmäßig nur eine Auslandszustellung erforderlich, da die ausländische Partei danach im Inland einen Zustellungsbevollmächtigten bestellen muss (§ 184 Abs. 2 ZPO). Ein Antrag auf Anerkennung kann auch schon gestellt werden, wenn die ausländische Entscheidung noch nicht rechtskräftig geworden ist.

Beschränkungen der Anerkennungsfähigkeit ergeben sich aus den folgenden Umständen:

- Einstweilige Anordnungen und Arreste aus dem Ausland können grundsätzlich nicht anerkannt werden.
- Nur rechtskräftige Entscheidungen werden anerkannt.
- Die Anerkennung erfolgt auf der Basis der Gegenseitigkeit. Der ausländische Staat muss also auch vergleichbare deutsche Entscheidungen anerkennen. Für Entscheidungen in Familiensachen wird allerdings davon eine Ausnahme gemacht.

Die Ablehnungsgründe, die in § 328 ZPO zusätzlich enthalten sind, entsprechen dem internationalen Standard. Dabei geht es um die fehlende internationale Zuständigkeit des ausländischen Gerichts, unzureichendes rechtliches Gehör, um vorrangige in- und ausländische rechtskräftige und anerkennungsfähige Entscheidungen und um den *ordre public* Vorbehalt.

Bei näherem Hinsehen erweist sich insbesondere die spiegelbildliche Zuständigkeit als erhebliches Anerkennungshindernis. So sind in den Jahren 1992 bis 1996 in Deutschland drei Entscheidungen ergangen, in denen -trotz

grundsätzlicher Gegenseitigkeitsverbürgung- die Vollstreckbarerklärung brasilianischer Gerichtsentscheidungen durch deutsche Gerichte abgelehnt worden ist, weil die internationale Zuständigkeit der angerufenen Gerichte nicht gegeben gewesen sein soll.

Optimierungsmöglichkeiten

Der Abschluss eines bilateralen völkerrechtlichen Vertrages in diesem Bereich erscheint, selbst wenn die beteiligten Kreise dies wünschen, derzeit verfrüht. In Den Haag wird gerade ein weltweites Anerkennungs- und Vollstreckungsübereinkommen verhandelt. Gestern ist eine weitere Konferenz dazu zu Ende gegangen. Es ist zu hoffen, dass die Verhandlungspartner endlich einen endgültigen Vertragstext festgestellt haben. Dieses weltweite Anerkennungs- und Vollstreckungsübereinkommen soll für eine Vielzahl von Gerichtsentscheidungen gelten. Bei einem möglichst breiten Anwendungsbereich, was die Rechtsgebiete und Art von Entscheidungen betrifft, werden in dem Übereinkommen vor allem die zulässigen Ablehnungsgründe vereinheitlicht. Besondere Sorgfalt erfährt dabei die Regelung der indirekten Gerichtszuständigkeiten. Nur wenn eine Gerichtsentscheidung in einem vom Übereinkommen anerkannten Gerichtsstand erlassen worden ist, kann sie für vollstreckbar erklärt werden. Ansonsten ist eine Ablehnung zulässig. Deutschland und Brasilien haben an der inhaltlichen Gestaltung des Übereinkommens stark mitgewirkt. Brasilien hat zuletzt einen Vermittlungsvorschlag hinsichtlich der Einbeziehung von Entscheidungen im Bereich der gewerblichen Schutzrechte gemacht.

Optimierungsmöglichkeiten

Das Ergebnis dieser internationalen Verhandlungen sollte abgewartet werden, bevor bilaterale Vorstöße unternommen werden. Eine beiderseitige Ratifikation des Haager Übereinkommens und möglicher Weise eine anschließende bilaterale Feinsteuerung ist die beste Lösung.

Nur theoretisch käme auch der Abschluss einer bilateralen Vereinbarung in Betracht. Deutschland hat zuletzt mit Israel und Norwegen 1977 und mit Spanien 1983 solche Abkommen geschlossen. Nur der Vertrag mit Israel hat jedoch noch nachhaltige Bedeutung, weil die beiden anderen Verträge inzwischen durch geltende EU-Regelungen überlagert sind (Brüssel I- und Brüssel Ia-Verordnung (Nr. 44/2001 und Nr. 1215/2012; Spanien) und EU-Übereinkommen mit Drittstaaten (sogenanntes Lugano II-Übereinkommen von 2007; Norwegen)).

Rechtlich sind Deutschland hier -wie im Bereich der Zustellung- für Absprachen mit Drittstaaten die Hände gebunden. Auch hier sperrt die ausschließliche Außenkompetenz der EU. Die Brüssel Ia-Verordnung erstreckt anders als andere Rechtsakte der EU ihren Anwendungsbereich über die Mitgliedstaaten hinaus auch auf Drittstaaten. Im Bereich des Verbraucher-

schutzes und der Arbeitnehmerklagen werden von den Regelungen der internationalen Zuständigkeit auch Sachverhalte erfasst, in denen die beklagte Partei in einem Drittstaat ihren Sitz oder gewöhnlichen Aufenthalt hat. Jede bilaterale Regelung würde diese Absprachen berühren.

Wichtig wäre in diesem Bereich am ehesten ein Expertenaustausch über die nationalen Ablehnungsgründe. Vor allem die Erläuterung der rechtlichen und praktischen Reichweite nationaler Zuständigkeitsgründe könnte einer zukünftigen Ablehnung der Anerkennung von Gerichtsentscheidungen vorbeugen.

10. Zusammenfassung

Es gibt wie gerade angedeutet vielfältige Möglichkeiten einer Optimierung der deutsch-brasilianischen Rechtshilfe.

- Ratifikation von Übereinkommen durch beide Staaten

Durch die Ratifikation des zukünftigen weltweiten Anerkennungs- und Vollstreckungsabkommens der Haager Konferenz durch Deutschland und Brasilien könnte ein erheblicher Fortschritt im Bereich der Anerkennung und Vollstreckbarerklärung erreicht werden.

- Ratifikation von Übereinkommen durch einen Staat

Deutschland

Durch die Ratifikation des Haager Übereinkommens von 1980 über den erleichterten Zugang zum Recht könnten bilaterale Verbesserungen im Bereich Prozesskostensicherheit und Verfahrenskostenhilfe erreicht werden.

Brasilien

Durch die Ratifikation des Haager Zustellungsübereinkommens von 1965 und des Europäischen Rechtsauskunftsübereinkommens von 1968 könnten Erleichterungen im Bereich der grenzüberschreitenden Zustellung von Schriftstücken und im Bereich Rechtsauskunft erzielt werden.

- Abkommen zwischen Deutschland und Brasilien

Eine bilaterale Übereinkunft kommt nur in wenigen Bereichen und dort mit überwiegend durch EU Recht vorgeprägtem Inhalt und nach „Genehmigung durch die Europäische Kommission in Betracht. Denkbar ist eine solche Übereinkunft in den Bereichen Zustellung, Rechtsauskunft und Anerkennung und Vollstreckung. Dagegen werden sich in Deutschland aber viele politische Kräfte stemmen.

- Bilaterale Absprachen im administrativen Bereich

Hier dürfte das größte Optimierungspotential liegen.

Grenzüberschreitende Zustellung

- Absprachen über Anforderungen an Rechtshilfeersuchen
- Mehrsprachige Formblätter

Grenzüberschreitende Beweisaufnahme

- Videoconferencing
- Klärung der Möglichkeiten einer direkten Beweisaufnahme

Grenzüberschreitender Urkundenverkehr

- Austausch über die E-Apostille

Anerkennung und Vollstreckbarerklärung

- Austausch über die Reichweite von Ablehnungsgründen

Alle potentiellen Maßnahmen lassen sich nicht sofort und nur mittels eines rechtlichen Impulses anstoßen. Die betroffenen Unternehmen und Privatpersonen müssen sie für notwendig und problemlösungsgerecht halten. Dazu sind in Deutschland noch Nachfragen notwendig.

Gleichwohl ist vorstellbar, dass schon jetzt die Experten aus beiden Staaten zusammenkommen und in vertiefte Überlegungen eintreten, welche Richtung eine Optimierung in den verschiedenen Bereichen der Zivilrechts-hilfe nehmen könnte. Ein solches bilaterale Treffen könnte aus deutscher Sicht in absehbarer Zeit stattfinden, wenn auch die brasilianische Seite ein Interesse daran hat. Näheres müsste noch verabredet werden. Wichtig wäre deshalb auch, für ein solches Projekt einen Ansprechpartner im Justizministerium von Brasilien zu haben.

Citações na cooperação judiciária Alemanha-Brasil

von

ANA HADNES BRUDER, MASTER EN DROIT, LL.M.

DR. CLAUDIA SCHALLENMÜLLER ENS, LL.M.*

1. Introdução
2. Direito europeu
3. Direito alemão
4. Direito brasileiro
 - 4.1. Situação atual
 - a. Processamento de pedidos de citação por carta rogatória
 - b. O NCPC: citação por auxílio direto?
 - c. STJ: flexibilização da necessidade de carta rogatória
 - 4.2. Situação após a entrada em vigor da Convenção de Haia
5. Convenção de Haia sobre citações
6. Representações gráficas de citações Brasil – Alemanha: atualmente e sob a Convenção de Haia
7. Representações gráficas de citações Alemanha – Brasil: atualmente e sob a Convenção de Haia
8. Conclusão

1. Introdução

O presente artigo é uma reprodução das principais ideias abordadas na apresentação realizada em 17 de novembro de 2017 no XXXVI Congresso Anual da Associação de Juristas Alemanha-Brasil sob o tema "Citações na cooperação judiciária Alemanha - Brasil". O trabalho foi atualizado em abril de 2019 para considerar a importante alteração legislativa ocorrida com a ratificação brasileira da Convenção de Haia relativa à citação e à notificação no estrangeiro dos atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial de 15 de novembro de 1965 ("Convenção de Haia" ou "Convenção de Haia sobre citações"), ocorrida em novembro de 2018.

Como decorrência das estreitas relações entre o Brasil e a Alemanha, pessoas jurídicas e naturais brasileiras e alemãs entretêm intensas relações civis e comerciais. Destas relações podem emanar litígios. Se um processo judicial for iniciado na Alemanha e o réu tiver domicílio no Brasil, este deverá ser citado no Brasil. Por outro lado, se o processo se desenvolver no

* O artigo é baseado na palestra proferida pelas autoras no dia 17 de novembro 2017 em Berlim, por ocasião do congresso anual da DBJV.

Brasil, mas o réu residir na Alemanha, a citação deverá ocorrer na Alemanha¹.

Até 31 de maio de 2019, não há tratado bilateral ou multilateral aplicável entre o Brasil e Alemanha que se aplique à tramitação de citações entre os dois países. Assim, o trâmite das citações se realiza segundo o princípio da *lex fori*; citações no Brasil seguem as normas brasileiras, e citações na Alemanha, as normas alemãs. A ausência de procedimentos estabelecidos acarreta demora na prestação jurisdicional. Atualmente, de acordo com o *Auswärtige Amt* alemão, uma carta rogatória demora entre 16 e 20 meses para ser cumprida no Brasil. Ademais, o processamento de citações é complexo e oferece pouca segurança jurídica a partes envolvidas em processos. A partir de 1º de junho de 2019, a Convenção de Haia sobre citações passará a reger a tramitação dos pedidos de citações entre os dois países, representando uma mudança significativa no regime jurídico aplicável.

O presente trabalho pretende descrever tanto a situação atual do processamento de citações quanto o seu processamento após a entrada em vigor da Convenção de Haia sobre citações. Para tanto, conterà observações pertinentes ao direito europeu (2), alemão (3) e brasileiro (4), assim como à Convenção de Haia sobre citações (5). Em seguida, o caminho percorrido por cartas rogatórias será ilustrado por gráficos na situação atual e sob a Convenção de Haia sobre citações, uma vez que ela venha a se aplicar (citações Brasil – Alemanha, 6 e citações Alemanha – Brasil, 7). Por fim, serão apresentadas as nossas conclusões (8).

2. Direito europeu

As citações de peças processuais judiciais e extrajudiciais dentro da União Europeia são regidas pelo Regulamento Europeu n° 1393/2007² sobre citação e notificação de atos em matéria civil e comercial. Contudo, este regulamento não se aplica a citações provenientes de ou endereçadas a Estados terceiros, como o Brasil.

3. Direito alemão

Para citações judiciais internacionais em matéria civil, comercial e trabalhista, vale o § 183 do Código de Processo Civil alemão

¹ O termo brasileiro “citação” refere-se ao ato pelo qual o réu ou o interessado é chamado a juízo para se defender. Na língua alemã, isto corresponde à *Zustellung des verfahrenseinleitenden Schriftstücks*, pois o termo alemão *Zustellung* refere-se não apenas a citações, mas à transmissão formal às partes de diversos documentos durante o processo. O presente trabalho é dedicado apenas às citações.

² Regulamento (CE) n° 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de atos) e que revoga o Regulamento (CE) n° 1348/2000 do Conselho.

(*Zivilprozessordnung*, "ZPO") e, como regra administrativa, a parte geral do Regulamento para Cooperação Judiciária em Matéria Civil (*Rechtshilfeordnung für Zivilsachen*, "ZRHO")³. A transmissão de cartas rogatórias ocorre por meio diplomático e consular, como previsto no § 6 do ZRHO e na parte especial organizada por país, referente ao Brasil. Os presidentes dos juízos de primeira instância *Amtsgericht* e *Landgericht*, e eventualmente dos Tribunais Regionais Superiores (*Oberlandesgerichte*) exercem o papel de autoridades responsáveis pela verificação da regularidade dos pedidos ativos e passivos de cooperação internacional (*Prüfungsstelle*, segundo o § 9 inciso 2 do ZRHO).

Segundo o § 114 inciso 1 do ZRHO, citações formais (*förmliche Zustellungen*) na Alemanha somente são admitidas no âmbito de aplicação da Convenção de Haia sobre citações, ou se houver um tratado bilateral com o país em questão. Citações formais não são permitidas no âmbito de cooperação judiciária não regida por tratado internacional (§ 114 inciso 2 ZRHO), como é o caso da cooperação judiciária com o Brasil até que a Convenção de Haia venha a ser aplicada. Citações informais (*formlose Zustellungen*) ocorrem por meio de simples entrega, quando o destinatário aceita o recebimento (§ 111 inciso 1 Nr. 1 ZRHO). Já citações formais ocorrem com base na aplicação das regras vigentes de direito interno (§ 111 inciso 1 Nr. 2 ZRHO), quais sejam, os §§ 166 a 182 ZPO. Em determinados casos, é admitida a aplicação de medidas coercitivas relativamente a citações formais. Entretanto, no âmbito da cooperação judiciária não regida por tratado (citação informal), não existe a possibilidade da aplicação de medidas coercitivas. Caso o destinatário da citação se recusar a recebê-la, a citação não poderá ser realizada.

Consequência disto é que a Alemanha não pode garantir a reciprocidade na prestação de cooperação judiciária internacional na ausência de um tratado bilateral ou multilateral válido⁴. Em contraponto, existindo um tratado de cooperação entre o Brasil e a Alemanha (como a Convenção de Haia), citações na Alemanha passam a ser formais, possibilitando a utilização de meios coercitivos, conforme previsão do § 114 inciso 1 ZRHO. A parte contrária não tem mais a possibilidade de rejeitar a citação, o que aumenta a segurança jurídica para as partes envolvidas no processo (particularmente o autor da ação).

³ Jurisprudência alemã a esse respeito: BAG NZA-RR 2014, 32.

⁴ Jürgen Samtleben, *Internationale Prozessführung in Brasilien – Neue Regeln*, RIW 2015, 339, 341.

4. Direito brasileiro

4.1. Situação atual

a. Processamento de pedidos de citação por carta rogatória

No direito brasileiro, na ausência de tratado bilateral ou multilateral com o país em questão (como a Convenção de Haia sobre citações, que entrará em vigor em 1º de junho de 2019), pedidos de citação passivos (eingehend) e ativos (ausgehend) ocorrem por meio de cartas rogatórias (Rechtshilfeersuchen)⁵. Cartas rogatórias são um instrumento processual tradicionalmente existente no direito brasileiro para possibilitar a execução de atos processuais provenientes do exterior no território brasileiro.

Na Constituição Federal, no Código de Processo Civil de 1973 ("CPC") e no novo Código de Processo Civil de 2015 ("NCPC"), existem dispositivos legais disciplinando o tratamento de cartas rogatórias. Entretanto, inexistente previsão expressa de que pedidos de citação provenientes do exterior devam ser processados por carta rogatória.

Apesar disso, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ("STF") e do Superior Tribunal de Justiça ("STJ")⁶, pedidos de citação provenientes do exterior devem ser processados por cartas rogatória⁷. De acordo com o art. 105, inciso I, i da Constituição Federal⁸, é de competência do STJ a concessão de exequatur a cartas rogatórias passivas. Assim, atualmente, pedidos de citação provenientes do exterior necessitam do exequatur do STJ. Decisões recentes têm indicado uma tendência à relativização da necessidade de processar citações por carta rogatória, em alguns casos específicos (vide item 4.1(c) abaixo), sem, entretanto, ter o condão de modificar a jurisprudência histórica dos tribunais superiores quanto à necessidade de carta rogatória, em via de regra, para o processamento de pedidos de citação provenientes do exterior.

As principais normas aplicáveis ao procedimento de concessão do exequatur pelo STJ se encontram no Regimento Interno do Superior

⁵ Tanto cartas rogatórias brasileiras como *Rechtshilfeersuchen* alemãs são instrumentos também utilizados para outros fins, por exemplo a oitiva de testemunhas. O escopo de análise do presente trabalho se limita às cartas rogatórias para fins de citação.

⁶ Tendo em vista a mudança de competência operada pela Emenda Constitucional Nr. 45 de 2004.

⁷ Alguns exemplos: STF CR 10416 AgR (Sentença de 21 de novembro de 2003, Diário da Justiça de 28 de novembro de 2003), STJ AgRg na CR 3.198/US (Sentença de 30 de junho de 2008, Diário da Justiça de 11 de setembro de 2008), STJ CR 002297 (Sentença de 9 de abril de 2008, Diário da Justiça de 5 de maio de 2008), STJ CR 007556 (Sentença de 24 de abril de 2013, Diário da Justiça de 29 de abril de 2013), STJ CR 007604 (Sentença de 17 de fevereiro de 2014, Diário da Justiça de 20 de fevereiro de 2014), STJ CR 010039 (Sentença de 21 de outubro de 2015, Diário da Justiça de 3 de novembro de 2015), STJ CR 010041 (Sentença de 3 de novembro de 2015, Diário da Justiça de 18 de novembro de 2015). Também nesse sentido a jurisprudência mais recente, sob o NCPC – vide item 5.3 abaixo.

⁸ Redação dada pela Emenda Constitucional 45 de 2004.

Tribunal de Justiça ("RISTJ") e no NCPC. Segundo os art. 216-O a 216-X do RISTJ, no procedimento de exequatur a análise do STJ se limita à verificação de respeito à soberania nacional, à dignidade da pessoa humana e/ou à ordem pública, e da autenticidade dos documentos. Esse é o chamado "juízo de deliberação", segundo a redação dos dispositivos legais mencionados.

Atualmente, tendo em vista que a Convenção de Haia ainda não está em vigor, a transmissão de pedidos de citação entre o Brasil e a Alemanha ocorre por via diplomática, com base na Portaria Interministerial entre o Ministério da Justiça ("MJ") e o Ministério de Relações Exteriores ("MRE") No. 501 de 21 de março de 2002. De acordo com esse instrumento legislativo, o MJ é responsável pelo exame de pedidos de cooperação internacional, e o MRE é responsável pela tramitação de tais pedidos provindos ou destinados a outros países. Com a entrada em vigor do NCPC, o papel do MJ como autoridade central para o recebimento e o encaminhamento de cartas rogatórias e outros instrumentos da cooperação internacional passou a ser determinado por lei, na ausência de designação específica em tratado internacional (art. 26, IV junto com art. 26 § 4º do NCPC).

Ainda na ausência de tratado internacional, a cooperação internacional pode se realizar com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática (art. 26 § 1º do NCPC)⁹.

b. O NCPC: citação por auxílio direto?

Em março de 2016 entrou em vigor o NCPC, contendo um novo capítulo sobre a cooperação internacional. Um das grandes novidades do NCPC é

⁹ Durante a exposição à qual se refere o presente artigo, as expositoras notaram a ambiguidade existente na frase "na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática". De fato, ela pode ser interpretada tanto no sentido de que a cooperação internacional pode se manifestar pela via diplomática, quanto no sentido de que a reciprocidade deva se manifestar pela via diplomática. A cooperação internacional manifestada por via diplomática se refere à participação dos órgãos de representação diplomáticas dos dois países no processamento dos trâmites de cooperação internacional, como ocorre atualmente na ausência de tratado. O ilustre colega Dr. Jürgen Samtleben havia manifestado a opinião de que o art. 26 § 1º do NCPC deva ser entendido no sentido de que é a reciprocidade que deva se manifestar pela via diplomática (Samtleben, *Internationale Prozessführung in Brasilien – Neue Regeln*, RIW 2015, 339, 341). Na ocasião da palestra, esteve presente um representante da Embaixada brasileira em Berlim, que contribuiu muito para a discussão ao confirmar que esta última interpretação corresponde à prática do processamento de cartas rogatórias entre os dois países. Ele esclareceu que quando inexistente tratado, o pedido de citação por carta rogatória vem acompanhada de uma promessa de reciprocidade, caso o Brasil venha a solicitar a cooperação internacional do Estado em questão no futuro. Tal promessa é também incluída pela Embaixada brasileira ao enviar pedidos de carta rogatória ativos ao exterior. Agradecemos mais uma vez ao estimado Dr. Jürgen Samtleben e ao representante da Embaixada pela participação tão enriquecedora na referida discussão.

regular o instrumento denominado auxílio direto, até então previsto apenas em tratados ou convenções internacionais que o elegiam como instrumento de processamento dos pedidos de cooperação internacional. Em decorrência das alterações promovidas pelo NCPC, coloca-se a questão da possível utilização do auxílio direto para o processamento de pedidos de citação provenientes do exterior, na ausência de tratado bilateral ou multilateral válido entre o Brasil e a Alemanha (isto é, até a entrada em vigor da Convenção de Haia em 1º de junho de 2019). A fim de responder a essa indagação, apresentaremos a seguir o novo regramento da cooperação internacional no NCPC, bem como a posição da doutrina a esse respeito, finalizando com a nossa opinião.

A estrutura do capítulo do NCPC dedicado à cooperação internacional é reproduzida a seguir:

Livro II: Da Função Jurisdicional

(...)

Título II: Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional

(...)

Capítulo II: Da Cooperação Internacional

Seção I: Disposições Gerais

Art. 26 e 27

Seção II: Do Auxílio Direto

Art. 28 a 34

Seção III: Da Carta Rogatória

Art. 35 (vetado) e 36

Seção IV: Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37 a 41

Como se vê, os dois instrumentos da cooperação internacional sob o NCPC são o auxílio direto e a carta rogatória.

No que concerne à carta rogatória, prevê o art. 36 do NCPC:

Seção III: Da Carta Rogatória

"Art. 36. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

§ 1o A defesa restringir-se-á à discussão quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.

§ 2o Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira." (grifos não presentes no original)

Segundo este dispositivo – o único do NCPC dedicado exclusivamente à carta rogatória – a carta rogatória é instrumento cabível quando o pedido de cooperação internacional se baseie em um "pronunciamento judicial estrangeiro". Essa noção é confirmada pelos arts. 40 e 960 do NCPC:

Seção IV: Disposições Comuns às Seções Anteriores

"Art. 40. A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira, de acordo com o art. 960."

(grifos não presentes no original)

"Art. 960. A homologação de decisão estrangeira será requerida por ação de homologação de decisão estrangeira, salvo disposição especial em sentido contrário prevista em tratado.

§ 1º A decisão interlocutória estrangeira poderá ser executada no Brasil por meio de carta rogatória. (...)" (grifos não presentes no original)

A leitura conjunta desses dois dispositivos sugere a interpretação de que no caso de uma sentença estrangeira, a ação de homologação de sentença estrangeira é o instrumento cabível; e em caso de "execução de decisão estrangeira", mais precisamente, execução de "decisão interlocutória estrangeira", a carta rogatória é o instrumento cabível. Isso se coaduna com a ideia de que a carta rogatória é cabível quando existe um "pronunciamento judicial estrangeiro"¹⁰, conforme o art. 36 do NCPC.

Tanto no caso da carta rogatória, quanto no caso da homologação de sentença estrangeira, o processamento do pronunciamento jurisdicional estrangeiro é submetido ao juízo de delibação do STJ, no qual se verifica a compatibilidade da decisão com a soberania, a dignidade humana e a ordem pública, e a regularidade e autenticidade da documentação, através do processo de exequatur. Esse exame é exigido porque o pronunciamento judicial estrangeiro representa a soberania do Estado estrangeiro, e somente produzirá efeitos o Estado brasileiro se esses requisitos estiverem preenchidos.

Já com relação ao auxílio direto, os art. 28 e 30 do NCPC esclarecem os casos em que tal instrumento é cabível:

Seção II: Do Auxílio Direto

"Art. 28. Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil."

(grifos não presentes no original; Redação semelhante ao art. 216-O § 2º do RISTJ)

¹⁰ Nesse sentido: Cássio Scarpinella Bueno, Novo Código de Processo Civil Anotado, 2ª edição, 2016, comentário ao art. 961 do NCPC, p. 773.

"Art. 30. Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá os seguintes objetos:

I - obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos ou jurisdicionais findos ou em curso;

II - colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira;

III - qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira." (grifos não presentes no original)

Eis portanto o primeiro elemento de diferenciação entre o auxílio direto e a carta rogatória: o auxílio direto é cabível quando o pedido de cooperação internacional não decorre diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira, enquanto a carta rogatória é cabível quando existe um pronunciamento jurisdicional estrangeiro, tal como uma decisão interlocutória.

Tome-se como exemplo o pedido de informações sobre o ordenamento jurídico pátrio ou sobre processos em andamento no Brasil (art. 30, I do NCPC.) Não se trata de um pronunciamento jurisdicional estrangeiro, ou da execução de uma decisão estrangeira. Falta aqui o elemento de expressão da soberania do Estado estrangeiro através do ato jurisdicional estrangeiro. Por essa razão, na esteira do previsto no art. 28 do NCPC, o ordenamento pátrio dispensa a necessidade do juízo de delibação pelo STJ, enquanto exame de legalidade extrínseca do provimento jurisdicional estrangeiro¹¹.

Mais difícil de entender é o art. 30, II do NCPC. De fato, como seria possível que a colheita de provas em território brasileiro não seja medida que decorra diretamente de uma decisão de autoridade jurisdicional estrangeira, como previsto no art. 28 do NCPC? Poderiam apenas pedidos provenientes de órgãos não jurisdicionais estrangeiros ser processados por auxílio direto, por exemplo, informações sobre registros públicos brasileiros, atos policiais ou alfandegário¹², solicitados por instituições como a Interpol, ou entidades da Administração Pública de Estados terceiros?

Na tentativa de esclarecer esse aparente conflito entre os art. 28 e 30, II do NCPC, a doutrina sugere o caso em que a colheita de provas se baseie em uma decisão estrangeira que, segundo a lei brasileira, não possua natureza jurisdicional, como previsto no art. 32 do NCPC, tais como

¹¹ Marcelo Miller, in: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer, Comentários ao Novo Código de Processo Civil, 2ª edição, 2016, comentário ao art. 28 do NCPC, p. 82.

¹² Humberto Theodoro Junior, Novo Código de Processo Civil Anotado, 20ª edição, 2016, comentário ao art. 28 do NCPC, p. 32.

notificações extrajudiciais, transmissão de documentos¹³, ou ainda a realização de vistorias ou levantamentos¹⁴. Mais nos parece que a expressão "medida que não decorra diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira" do art. 28 do NCPC deva ser entendida em contraposição ao conceito de "pronunciamento jurisdicional estrangeiro"¹⁵ dos art. 36, 40 e 960 do NCPC.

Isto é: se existe uma decisão de mérito que expresse a soberania do Estado estrangeiro, há um "pronunciamento jurisdicional estrangeiro" no sentido dos art. 36, 40 e 960 do NCPC, processado por carta rogatória com juízo de delibação. Em contraponto, um pedido de realização de ato meramente processual deve ser entendido como "medida que não decorre diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira" segundo o art. 28 do NCPC, processada por auxílio direto. Com base nesse entendimento, são o conteúdo e a natureza do pedido de cooperação internacional que determinam o instrumento processual cabível – carta rogatória ou auxílio direto.

Apenas assim faz sentido a construção legislativa dos art. 28 e 30, II do NCPC: o pedido de colheita de provas proveniente de um órgão jurisdicional estrangeiro, apesar de ser uma medida que "decorre diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira" segundo o art. 28 do NCPC, não é uma decisão de mérito que expresse a soberania do Estado estrangeiro, por isso não é interpretada como "pronunciamento jurisdicional estrangeiro", podendo, assim, ser processada por auxílio direto, sem juízo de delibação pelo STJ.

Ademais, o art. 30, III do NCPC permite o uso de auxílio direto para "outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira". Um exemplo seriam atos de mera comunicação processual¹⁶.

A citação de uma pessoa residente no Brasil para tomar conhecimento de que uma ação foi instaurada contra ela no exterior, e chamá-la a se defender, é ato de comunicação processual. O pedido de citação proveniente do exterior não é uma decisão de mérito de um órgão jurisdicional estrangeiro, expressando a soberania daquele Estado e devendo ser sujeita a juízo de delibação antes de produzir efeitos no Brasil. Desta forma, não nos parece que o pedido de citação não deve ser entendido como "pronunciamento de

¹³ Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil, 2015, comentário ao art. 30, p. 128, e ao art. 32 do NCPC, p. 132.

¹⁴ Marcelo Miller, in: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer, Comentários ao Novo Código de Processo Civil, 2ª edição, 2016, comentário ao art. 32 do NCPC, p. 84.

¹⁵ Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil, 2015, comentário ao art. 28, p. 122.

¹⁶ Marcelo Miller, in: Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer, Comentários ao Novo Código de Processo Civil, 2ª edição, 2016, comentário ao art. 30 do NCPC, p. 83.

órgão jurisdicional estrangeiro", no sentido dos art. 36, 40 e 960 do NCPC. Sua natureza e o seu conteúdo estão muito mais próximos do ato de colheita de provas, como descrito acima.

Como consequência, deveria ser possível processar pedidos de citação, ao menos na esfera cível, através de auxílio direto¹⁷.

Um argumento utilizado pela doutrina nesse sentido se baseia no veto do Executivo ao art. 35 do NCPC. A proposta de NCPC continha o seguinte dispositivo:

Seção III: Da Carta Rogatória

"Art. 35 (VETADO). *Dar-se-á por meio de carta rogatória o pedido de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e órgão jurisdicional estrangeiro para prática de ato de citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas, obtenção de informações e cumprimento de decisão interlocutória, sempre que o ato estrangeiro constituir decisão a ser executada no Brasil.*" (grifos não presentes no original)

O Executivo vetou esse dispositivo e opôs as seguintes razões:

"Consultados o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal de Justiça, entendeu-se que o dispositivo impõe que determinados atos sejam praticados exclusivamente por meio de carta rogatória, o que afetaria a celeridade e efetividade da cooperação jurídica internacional que, nesses casos, poderia ser processada pela via do auxílio direto." (grifos não presentes no original)

Esse veto pode ser interpretado no sentido de expressar a intenção do legislador de possibilitar a tramitação de certos atos por auxílio direto, desde que a medida não decorra diretamente de decisão de órgão jurisdicional estrangeiro sujeito a juízo de delibação no Brasil¹⁸. Tal interpretação nos parece correta. Entretanto, note-se que a redação proposta pelo art. 35 do NCPC listava atos como colheita de provas e obtenção de informações, elencados no art. 30, I e II do NCPC como passíveis de tramitação por auxílio direto. Assim, com base nisso apenas já se justificava o veto do Executivo. Em outras palavras, entendemos que o veto em si dificilmente pode ser interpretado como a intenção do legislador, especificamente, de que pedidos de citação sejam processados por auxílio direto.

¹⁷ José Maria Tesheimer, *Cooperação Internacional no Novo Código de Civil*, Revista de processo, RT, n. 234, ago. 2014, p. 331-344. O mesmo autor defende que os novos dispositivos do NCPC permitam o entendimento de que a carta rogatória deva ser utilizada apenas para a realização de atos de natureza coercitiva, como a execução de medida cautelar.

¹⁸ Jürgen Samtleben, *Internationale Prozessführung in Brasilien – Neue Regeln*, RIW 2015, 339, 342.

Como se vê acima, apenas vozes minoritárias na doutrina – como a nossa – defendem o processamento de pedidos de citação por auxílio direto. Não há indícios de que o MJ apoie esse posicionamento. Ademais, não houve alteração na jurisprudência do STJ após a entrada em vigor do NCPC; decisões recentes continuam exigindo que pedidos de citação sejam processados por carta rogatória – exceto em casos excepcionais, como os descritos abaixo.

c. STJ: flexibilização da necessidade de carta rogatória

Em duas decisões datadas de outubro de 2017 e maio de 2018, o STJ declarou válida a citação realizada no Brasil por envio postal com aviso de recebimento¹⁹. Em ambos os casos, a disputa envolvia uma empresa americana contra uma empresa brasileira e se baseava em relação contratual de natureza comercial. Tratava-se de ações homologatórias de decisões condenatórias emitidas por tribunais localizados nos Estados Unidos da América. As partes haviam pactuado contratualmente que eventuais notificações, citações ou avisos deveriam ocorrer por via postal. Em ambos os casos, a decisão do STJ se baseou em dois pontos: (i) a vontade das partes foi respeitada, pois foi observado no ato citatório o pactuado contratualmente entre as partes; e (ii) o cumprimento dos requisitos relativos aos instrumentos processuais no processo estrangeiro deve obedecer às normas locais, não cabendo a arguição de que a citação deveria respeitar a legislação processual pátria.

Ambas as decisões se ampararam sobre o precedente de uma decisão monocrática do Ministro Luis Felipe Salomão²⁰, prolatada em ação de contestação de sentença estrangeira referente a decisão de anulação de casamento de um tribunal estadunidense. Também neste caso a citação ocorreu por meio de carta registrada com aviso de recebimento, de acordo com as normas processuais do local onde se desenvolvia o processo. Nesta decisão, o Ministro relator entendeu que a necessidade de citação regular para a homologação de sentença estrangeira de acordo com o art. 963, II, do NCPC, e com o art. 216-D, II, do RISTJ, não significa que a citação deva ocorrer da forma prevista na legislação brasileira. A decisão conclui:

"Conquanto a regra pretoriana seja a de que a citação de pessoa domiciliada no Brasil, para responder a processo judicial no exterior, deva ser realizada por meio de carta rogatória, o fato é que o ordenamento jurídico não contém exigência expressa nesse sentido, de modo que, a

¹⁹ STF HDE 89-EX (Sentença de 18 de outubro de 2017, Diário da Justiça de 31 de outubro de 2017); STF HDE 896-EX (Sentença de 16 de maio de 2018, Diário da Justiça de 23 de maio de 2018). Em ambos os casos, decisão unânime seguindo o voto da relatora, Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

²⁰ SEC 13223 - US (Decisão de 7 de outubro de 2016, Diário da Justiça de 19 de outubro de 2016).

depende do caso concreto e da análise da legislação interna do país prolator da decisão homologada, esta Corte Superior admite que a comprovação da citação se dê por outros meios, desde que a oportunidade de defesa à parte requerida tenha sido fielmente cumprida e demonstrada. Precedentes."

Por fim, em fevereiro de 2018, o STJ decidiu que citação realizada na Alemanha na pessoa da advogada constituída pela parte para "toda e qualquer questão legal", incluindo portanto a recepção de notificações e citações, da forma prevista na lei local, deve ser considerada válida, ainda que a sede da empresa citada seja no Brasil²¹. Segundo a decisão:

"Não há como se impor a citação por carta rogatória na presente hipótese, pois, apesar de a ré ser sediada no Brasil, constituiu representante pleno em território alemão, como anteriormente já assentado, o que diferencia o presente caso dos precedentes enumerados pelo demandado."

Todas as decisões descritas acima esclarecem que se limitam ao caso concreto ("na espécie", "a depender do caso concreto", "na presente hipótese"). Assim, inexistem elementos que indiquem a intenção da Corte de proferir um precedente aplicável a casos futuros no sentido de que pedidos de citação não precisem ser processados por meio de cartas rogatórias.

Entretanto, mesmo com a entrada em vigor do NCPC, inúmeras decisões do STJ já reafirmaram a necessidade de carta rogatória para citar pessoas no Brasil²².

Conclui-se que a jurisprudência do STJ continua entendendo necessário o processamento de citações a pessoas no território brasileiro por meio de carta rogatória, a não ser que elementos específicos do caso concreto permitam uma análise diversa, como a vontade da parte, expressa através de cláusula contratual prevendo a forma de eventuais citações, ou através da nomeação de advogado no exterior competente para receber citações em nome da parte.

De todo modo, as recentes decisões aqui mencionadas mostram que o STJ – ou pelo menos alguns de seus ministros – é simpático à flexibilização da necessidade de cartas rogatórias a pedidos de citação, na ausência de tratado internacional aplicável com o país em questão. Nesse sentido, art. 216-O § 2º do Regimento Interno do STJ:

"§ 2º Os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo deliberatório do Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados de carta rogatória, serão encaminhados ou

²¹ SEC 13741 - DE (Decisão de 1 de fevereiro de 2018, Diário da Justiça de 5 de fevereiro de 2018).

²² Alguns exemplos: SEC 12130 - PT (Decisão de 19 de outubro de 2016, Diário da Justiça de 26 de outubro de 2016); SEC 14849 - EX (Decisão de 7 de março de 2018, Diário da Justiça de 23 de março de 2018); SEC 14851 - EX (Decisão de 5 de abril de 2018, Diário da Justiça de 19 de abril de 2018).

devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto."

O desenvolvimento da jurisprudência do STJ a respeito revelará se essa tendência terá o condão de modificar a jurisprudência estabelecida no sentido da necessidade de carta rogatória para o processamento de pedidos de citação estrangeiros, na ausência de tratado aplicável.

4.2. Situação após a entrada em vigor da Convenção de Haia

De acordo com o art. 26 do NCPC, a cooperação jurídica internacional é regida por tratado de que o Brasil faz parte. Com a recente ratificação e promulgação da Convenção de Haia pelo Brasil, tal tratado multilateral passará a reger os pedidos de citação ativos e passivos. Assim, a partir da entrada em vigor de tal Convenção em 1º de junho de 2019, os dispositivos da Convenção de Haia representarão a base jurídica para o processamento de pedidos de citação entre o Brasil e a Alemanha. Pedidos de citação entre os dois países serão processados de acordo com as normas específicas da Convenção de Haia sobre o processamento de solicitações de cooperação judiciária (uso do formulário padrão, tramitação entre autoridades centrais, etc), e não através dos instrumentos previstos no NCPC (carta rogatória e auxílio direto).

Tal entendimento parece ser confirmado pelo MJ. Segundo a sua página internet, "o formulário padrão obrigatório previsto pela Convenção [de Haia] [...] substitui a carta rogatória e deverá ser assinado pela autoridade judiciária competente"²³. Esse posicionamento nos parece correto, tendo em vista que a Convenção de Haia é não apenas *lex posterior e lex specialis*, mas também deve receber aplicação em função da disposição expressa do art. 26 do NCPC.

Neste caso, é possível que a obtenção de exequatur do STJ não seja mais necessária, tendo em vista que na redação do art. 105, I, i da Constituição Federal, o exequatur apenas é exigido em se tratando do processamento de cartas rogatórias. A prática no trâmite de pedidos de citação após a entrada em vigor da Convenção de Haia mostrará se tal posicionamento prevalecerá.

5. Convenção de Haia sobre citações

Citações de partes domiciliadas em um país diverso do local do processo são em geral reguladas por tratados internacionais bilaterais ou multilaterais. No plano multilateral, existe a Convenção de Haia sobre citações. A Alemanha aderiu à Convenção de Haia em 1979. O Brasil assinou essa Convenção em 2016, mas a ratificou apenas em 29 de novembro de 2018,

²³ <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1553283354.07>. Acesso em 23 de abril de 2019.

por meio do depósito do instrumento de adesão junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos²⁴. Ademais, o texto da Convenção foi promulgado através do Decreto nº 9.734, de 20 de março de 2019. A Convenção de Haia entrará em vigor para o Brasil em 1º de junho de 2019, e passará então a ser aplicável ao trâmite de pedidos de citação entre o Brasil e a Alemanha.

Sob a Convenção de Haia, cada Estado contratante nomeia uma autoridade central, responsável por receber as solicitações de citação, intimação ou notificação provenientes de outros Estados Contratantes, encaminhar à autoridade central do Estado requerido tais solicitações, proceder ou providenciar para que um órgão adequado proceda à citação, intimação ou notificação, e preencher um certificado sobre o cumprimento ou não da solicitação. No Brasil, o Ministério de Justiça foi designado como autoridade central. Na Alemanha, existem diversas autoridades centrais, uma para cada estado federado²⁵. A principal modificação que ocorrerá com a entrada em vigor da Convenção de Haia entre o Brasil e a Alemanha se refere à tramitação de pedidos diretamente entre as autoridades centrais brasileira e alemãs, dispensando a participação do MRE brasileiro e de outros órgãos diplomáticos dos dois países na verificação e tramitação de pedidos. Os gráficos presentes nos itens 6 e 7 abaixo representando o caminho percorrido pelos pedidos de citação entre os dois países demonstram o quanto o papel das autoridades centrais facilitará a tramitação de tais pedidos.

Outra mudança se refere ao formulário padrão obrigatório previsto pela Convenção de Haia para solicitações de citação, intimação ou notificação, contendo todos os dados necessários ao pedido. Tal formulário foi adotado pelo Brasil em versão trilingue (português, inglês e francês)²⁶ e deverá facilitar a tramitação de pedidos.

6. Representações gráficas: Citações Brasil – Alemanha

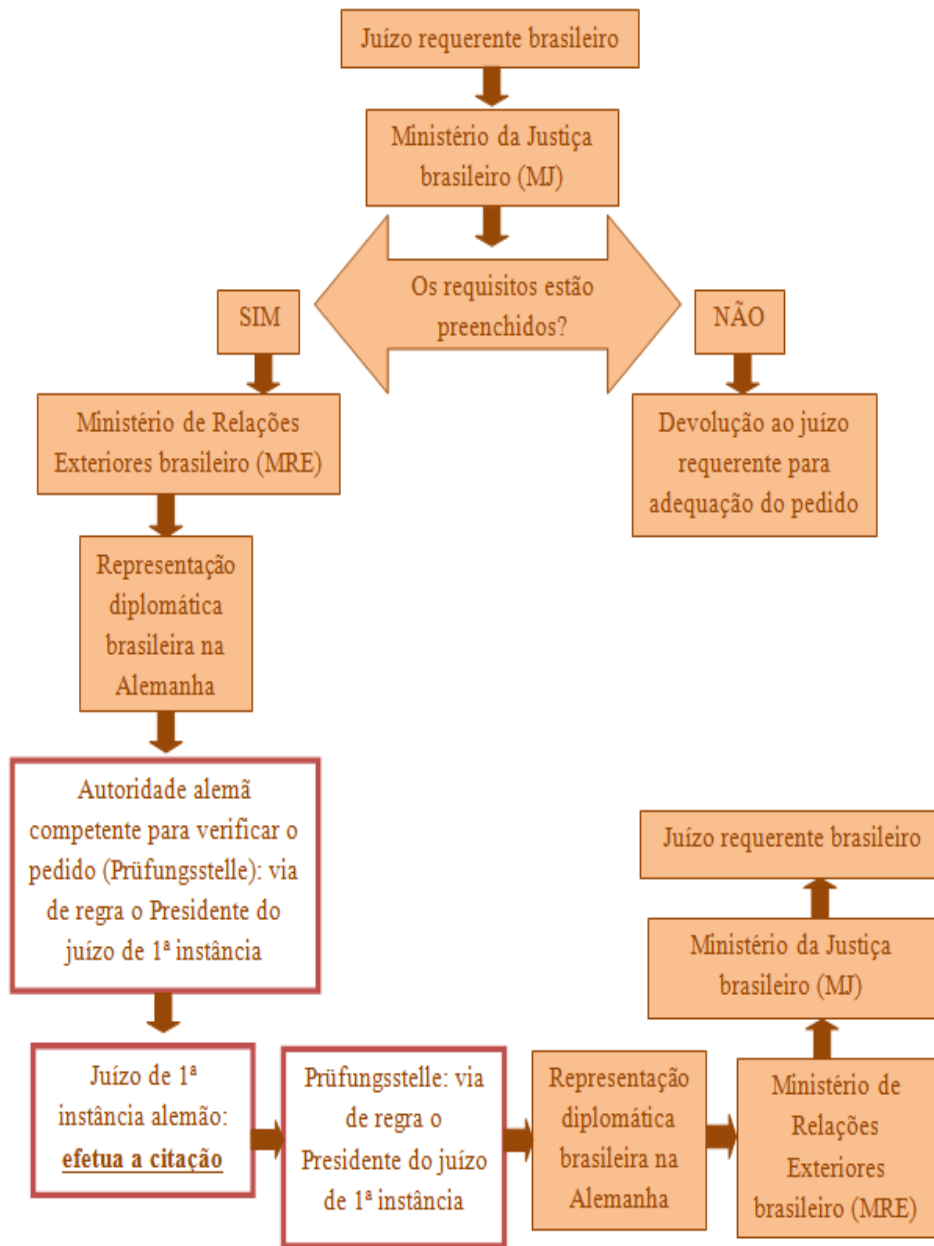
6.1. Situação atual, antes da entrada em vigor da Convenção de Haia²⁷

²⁴ O Brasil ratificou a Convenção de Haia com reservas aos Artigos 8 e 10, e portanto não serão aceitos na jurisdição brasileira os canais de comunicação de atos processuais diretamente por meio das autoridades diplomáticas ou consulares estrangeiras; pela via postal; entre oficiais de justiça, similares ou outras autoridades competentes do Estado de destino.

²⁵ A lista completa está disponível na página seguinte: <https://assets.hcch.net/docs/494216ab-d7f6-4f7b-9627-93270f8a64da.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2019.

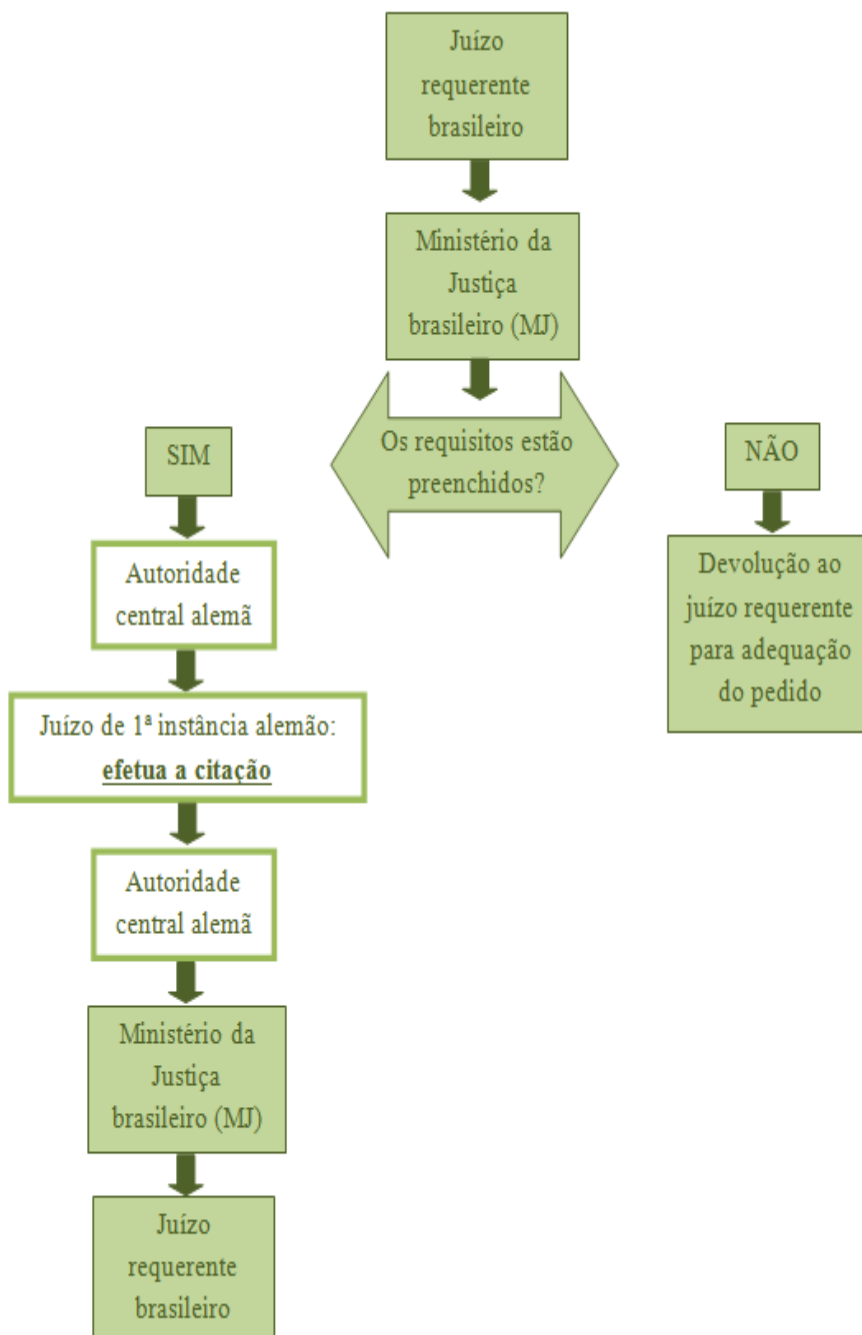
²⁶ Disponível na seguinte página de internet: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-civil/acordos-internacionais/citacao>. Acesso em 23 de abril de 2019.

²⁷ Todas as representações gráficas foram inspiradas nos gráficos do Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria civil / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), Ministério da Justiça, 4a. edição 2014, pág. 77 - 80. Reproduções



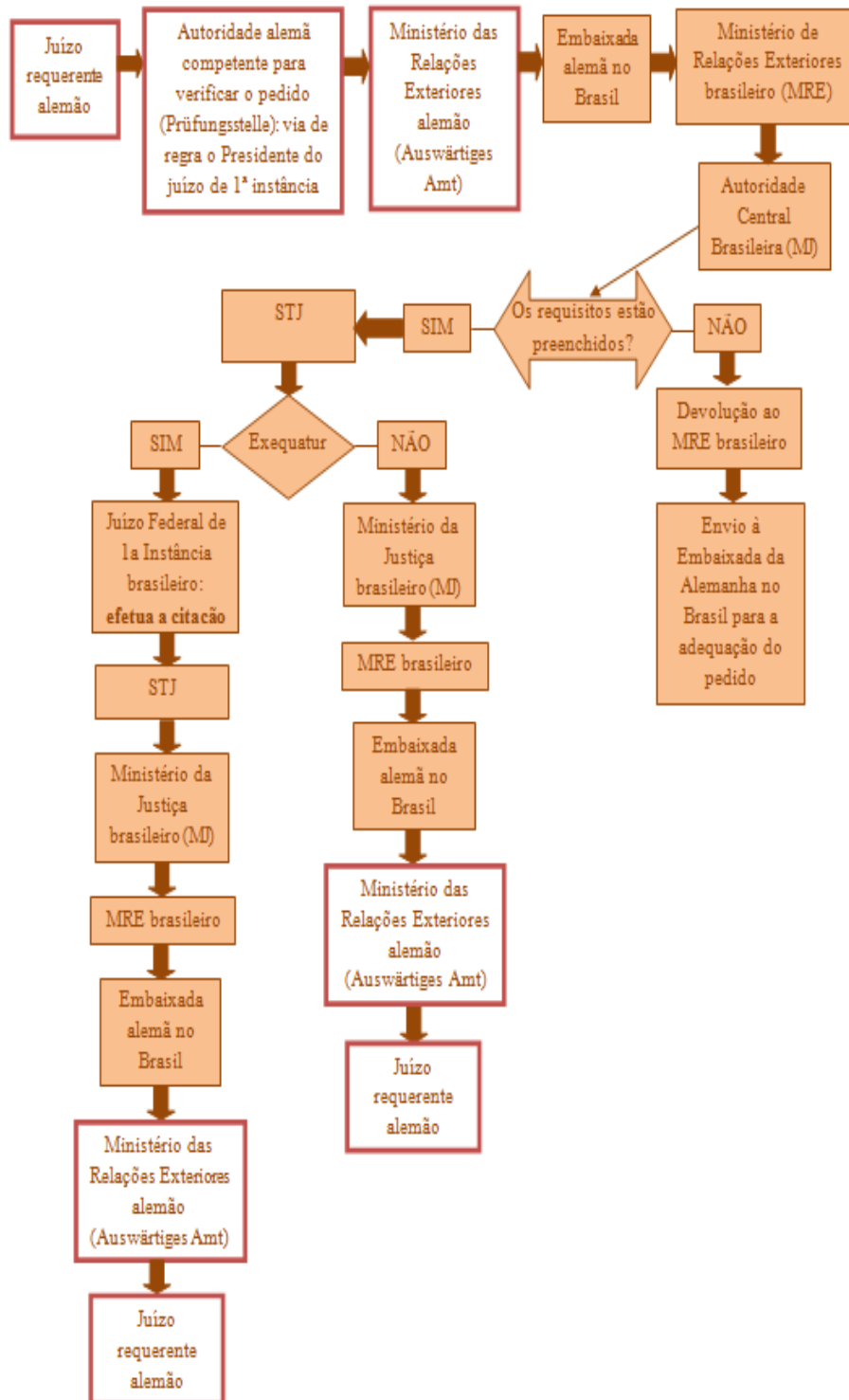
6.2. Sob a Convenção de Haia

Segundo o regime aplicável após a entrada em vigor da Convenção de Haia, a tramitação de pedidos de citação do Brasil para a Alemanha pode ser representada da seguinte forma:



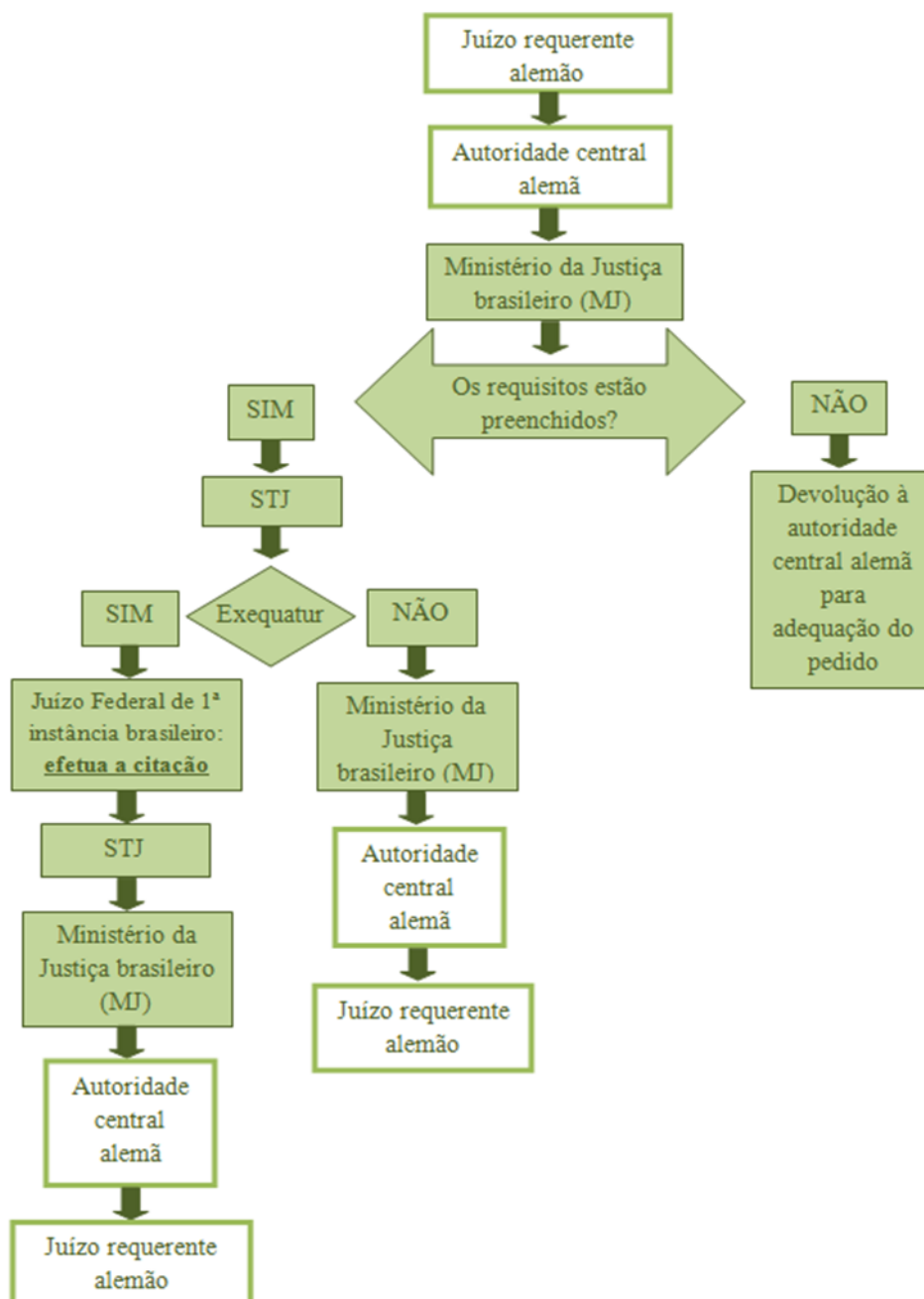
7. Representações gráficas: Citações Alemanha – Brasil

7.1. Situação atual, antes da entrada em vigor da Convenção de Haia



7.2. Sob a Convenção de Haia

Após a entrada em vigor da Convenção de Haia, a tramitação de citações da Alemanha para o Brasil passará a percorrer o seguinte caminho²⁸:



²⁸ A prática no trâmite de pedidos de citação após a entrada em vigor da Convenção de Haia mostrará se tais pedidos continuarão a ser processados por carta rogatória. Caso não o sejam, não será mais necessária a obtenção de exequatur pelo STJ. Vide item 5.2 acima.

8. Conclusão

Concluimos que a entrada em vigor da Convenção de Haia será um grande avanço por possibilitar o envio de pedidos diretamente entre autoridades centrais, evitando a participação do MRE e de órgãos diplomáticos na tramitação de pedidos de citação, e por garantir que meios coercitivos possam ser utilizados para assegurar a realização de citações nos dois países.

No mais, com a entrada em vigor da Convenção de Haia no Brasil em 1º de junho de 2019, é provável que o processamento de pedidos de citação seja regido exclusivamente pelos dispositivos de tal Convenção, saindo do âmbito de aplicação do NCPC e outros dispositivos internos. Desta forma, pedidos de citação serão processados como "solicitações de cooperação judiciária internacional sob a Convenção de Haia" nos termos de referida Convenção, e não por meio de cartas rogatórias ou auxílio direto, com base nos dispositivos do NCPC.

Deutsche Zusammenfassung

Die Zustellung von verfahrenseinleitenden Schriftstücken zwischen Deutschland und Brasilien erfolgt derzeit ohne anwendbares bilaterales oder multilaterales Rechtshilfeabkommen. Es ist ein langwieriger und komplexer Prozess. Die vorliegende Vortragsniederschrift stellt die einschlägigen Rechtsnormen in Deutschland und Brasilien sowie den langen Weg von Zustellungsersuchen anhand graphischer Darstellungen dar. Die Autorinnen haben zudem untersucht, ob unter der neuen Zivilprozessordnung Brasiliens (2015) Zustellungsersuchen durch direkte Rechtshilfe (*auxílio direto*) statt Rechtshilfeersuchen (*cartas rogatórias*) erledigt werden könnten. Brasilien ist inzwischen dem Haager Übereinkommen vom 15. November 1965 über die Zustellung gerichtlicher und außergerichtlicher Schriftstücke im Ausland in Zivil- oder Handelssachen beigetreten. Es wird am 1. Juni 2019 für Brasilien in Kraft treten und somit auf Zustellungsersuchen zwischen Deutschland und Brasilien anwendbar sein. Die Vortragsniederschrift wurde aktualisiert, um diese wichtige Änderung der Rechtslage zu berücksichtigen, und zeigt anhand graphischer Darstellungen, wie der Weg von Zustellungsersuchen zwischen beiden Ländern unter Geltung des Haager Übereinkommens vereinfacht wird.

Kurzmitteilungen

VON

DR. CLAUDIA SCHALLENMÜLLER ENS,

DR. IVENS HENRIQUE HÜBERT,

DR. PAULA GORZONI

UND

AMANDA PROTA

Neuerscheinung in der DBJV-Schriftenreihe

Der kürzlich erschienene Band 54 markiert einen besonderen Höhepunkt der DBJV-Schriftenreihe. Unter dem Titel „Brasilianische Rechtswelten *Fascinosa et tremenda*“ hat Prof. Dr. Wolf Paul seine rechts- und kultursoziologischen Schriften aus drei Jahrzehnten versammelt.

Allgemeines Gesetz zum Schutz personenbezogener Daten in Brasilien (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

Das am 14. August 2018 verabschiedete Allgemeine Gesetz zum Schutz personenbezogener Daten (LGPD) wurde vom Kongress geändert und vom Präsidenten Jair Bolsonaro (mit Änderungen) genehmigt.

Das Gesetz wurde von der Datenschutz-Grundverordnung inspiriert. Der Zeitraum für das Inkrafttreten des LGPD beträgt 24 Monate. Wer dem LGPD unterliegt, ist bis August 2020 verpflichtet, die notwendigen Maßnahmen zu ergreifen, um dann mit dem neuen Gesetz konform zu sein.

Ähnlich wie bei der DSGVO (s. dazu Mitteilungen 1/2018, S. 63 f.) regelt Art. 3 des LGPD den Grundsatz der extraterritorialen Anwendung, welcher besagt: Das LGPD gilt bei (a) jeder im Inland stattfindenden Verarbeitung personenbezogener Daten, deren Daten im Inland erhoben wurden und bei (b) Verarbeitungstätigkeiten, die außerhalb des Landes stattfinden, aber das Angebot oder die Lieferung von Produkten oder Dienstleistungen von Personen im Inland zum Ziel haben.

Am Beispiel der europäischen DSGVO garantiert das LGPD der betroffenen Person ein Auskunftsrecht über die gespeicherten und verarbeiteten Daten, das Recht auf Berichtigung unvollständiger oder unrichtiger Daten, das Recht auf Löschung von Daten und das Recht auf Widerruf einer zuvor erteilten Einwilligung zur Verarbeitung personenbezogener Daten etc.

Art. 7 des LGPD nennt die Bedingungen für die Rechtmäßigkeit der Verarbeitung personenbezogener Daten. Unter den zehn Bedingungen stehen beispielsweise: Einwilligung (Abs. 1), Erfüllung gesetzlicher oder regulatorischer Verpflichtungen (Abs. 2) und Schutz des Lebens oder der körperlichen Unversehrtheit der betroffenen Person oder Dritter (Abs. 7). Dabei

muss zumindest eine der Bedingungen erfüllt werden, damit die Verarbeitung der personenbezogenen Daten rechtmäßig ist.

Art. 8 LGPD sieht vor, dass die Einwilligung freiwillig, unmissverständlich und schriftlich – oder auf einer anderen Weise, die die Willenserklärung der betroffenen Person wiedergibt – erfolgen muss. Darüber hinaus ist bei schriftlicher Einwilligung die Einwilligungsklausel von den anderen Vertragsklauseln zu trennen. Der Verantwortliche trägt die Beweislast dafür, dass die Einwilligung rechtskonform eingeholt wurde. Allgemein formulierte, nicht auf ein konkretes Geschäft bezogene Einwilligungen sind ungültig.

Das LGPD bestimmt in Artikel 9, dass die betroffenen Personen das Recht auf einfachen Zugang zu Informationen über die Verarbeitung ihrer Daten haben. Diese müssen klar, angemessen und offensichtlich sein und zugänglich gemacht werden, sowie unter anderem über den spezifischen Zweck der Verarbeitung, die Form und Dauer der Verarbeitung und über die Identifizierung des Verantwortlichen informieren.

Einer der wichtigsten Aspekte des LGPD betrifft, genau wie in der DSGVO auch, die Verarbeitung sensibler personenbezogener Daten (in der DSGVO als „besondere Datenkategorien“ bezeichnet). Das Verbot der Verarbeitung sensibler personenbezogener Daten ist die Regel. Allerdings sind Ausnahmen vorgesehen, wie z.B. die ausdrückliche Einwilligung für bestimmte Zwecke.

Die Datenschutzbehörde (*Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD*) wurde als Organ der Föderalen Öffentlichen Verwaltung errichtet. Die ANPD wird voraussichtlich zwei Jahre lang provisorisch mit der Präsidentschaft verbunden sein (Artikel 55-A, §§1 und 2 des LGPD). Dennoch garantiert Artikel 55-B des LGPD der ANPD technische Autonomie bei der Ausübung ihrer Tätigkeiten. Zu ihren Zuständigkeiten und Aufgaben gehören unter anderem der Erlass von Vorschriften zum Datenschutz, die Überwachung der Einhaltung des Gesetzes und die Anwendung von Sanktionen bei Nichteinhaltung (Artikel 55 J LGPD).

Bei Nichteinhaltung der Verpflichtungen des LGPD können vom zuständigen Organ verwaltungsrechtliche Sanktionen verhängt werden. Bei den Sanktionen werden die Schwere und die Art der Verletzung der betroffenen personenbezogenen Daten, die wirtschaftliche Lage des Verletzers und seine Zusammenarbeit mit den Aufsichtsbehörden, wie auch die Schwere des Schadens berücksichtigt. Auf diese Weise können die Sanktionen variieren (Art. 52):

- von einer einfachen Geldbuße von bis zu 2% des Umsatzes des Unternehmens mit einer Höchstgrenze von 50 Millionen BRL pro Verstoß,
- einer täglichen Geldbuße von bis zu 50 Millionen BRL pro Verstoß, bis zur Löschung der betroffenen personenbezogenen Daten.

Um die Einhaltung der Gesetze sicherzustellen, sieht das LGPD die Einführung eines Datenschutzbeauftragten („Encarregado“) durch die Unter-

nehmen vor, der für die Überwachung der Umsetzung des Datenschutzgesetzes verantwortlich ist (Artikel 42 §2 LGPD).

Freihandelsabkommen zwischen MERCOSUR und EU

Am 28. Juni 2019 unterzeichneten MERCOSUR und die EU nach jahrelangen Verhandlungen ein Freihandelsabkommen. Der Handelsrahmen ist Teil eines umfassenden Assoziierungsabkommens zwischen der Europäischen Union und den vier Mercosur-Staaten Argentinien, Brasilien, Paraguay und Uruguay. Durch das Abkommen sollen die Handelsbeziehungen zwischen den Mercosur-Ländern und der EU gefördert werden. Zu diesem Zweck zielt das Abkommen sowohl auf die Beseitigung bzw. Flexibilisierung technischer, regulatorischer und gesundheitspolitischer Hindernisse, als auch auf eine größere Erleichterung der Zoll- und Compliance-Verfahren ab.

Nach Angaben der EU Kommission ist die EU der größte Handelspartner und ausländische Investor der Mercosur-Staaten (mit einem Investitionsvolumen von 381 Milliarden Euro) (European Commission, June 2019). Es ist daher zu erwarten, dass sich mit Inkrafttreten des Abkommens diese Zahl erhöhen wird.

Beitritt Brasiliens zum Madrider Protokoll

Der brasilianische Präsident unterzeichnete am 26. Juni 2019 das Dekret zur Verkündung des Madrider Protokolls. Das Abkommen ist noch nicht in Kraft getreten.

Das Madrider Protokoll ist ein multilaterales Abkommen über die internationale Registrierung von Marken. Durch das Protokoll wird die Eintragung von Marken bei dem nationalen Markenamt erleichtert. Sobald die Registrierung einer Marke erfolgt ist, gilt diese nicht nur im nationalen Hoheitsgebiet, sondern auch in den weiteren Unterzeichnerstaaten.

Das Protokoll zielt darauf ab, die Verfahren zu vereinfachen und die Kosten im Zusammenhang mit der Eintragung von Marken zu senken. Das Madrider Protokoll ist seit April 1996 in Kraft. Zu den Unterzeichnerstaaten zählen z.B. Russland, USA, China und die meisten europäischen Länder, darunter auch Deutschland.

Entscheidung des STF bezüglich Transport-Apps

Am 08. Mai 2019 entschied der brasilianische Oberste Bundesgerichtshof (*Supremo Tribunal Federal – STF*) einstimmig, dass Kommunalgesetze private Transportangebote über Apps (z.B. Uber) nicht verbieten dürfen. Das Verbot verstößt gegen verfassungsrechtliche Grundsätze, wie die Unternehmensfreiheit und den freien Wettbewerb, so der *STF*.

Der *STF* entschied am 8. Mai 2019 über zwei Kommunalgesetze: Das erste Urteil steht im Zusammenhang mit einer Verfassungsbeschwerde (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF*) Nr. 449 gegen ein Kommunalgesetz aus Fortaleza (*Lei Municipal de Fortaleza* n° 10.553/2016). Das Kommunalgesetz sah ein allgemeines Verbot für die Nutzung von Privatfahrzeugen für Transportdienstleistungen über Apps vor. Das zweite Urteil erging aufgrund einer Berufung (*Recurso Extraordinário - RE*) Nr. 1054110 gegen eine Entscheidung des Oberlandesgerichtes São Paulo (*Tribunal de Justiça de São Paulo - TJ-SP*). Der *STF* sah das Kommunalgesetz aus São Paulo, das dieselbe Transportdienstleistung verbot, als verfassungswidrig an.

Der *STF* urteilte, dass Transportdienstleistungen, die Personen mit ihren Privatfahrzeugen über Apps anzubieten, rechtmäßig und von folgenden Gesetzen gewährleistet sind: *Marco Civil da Internet - Gesetz Nr. 12.965/2014* (siehe dazu DBJV-Mitteilungen Nr. 1 / 2014, S. 83 f. und *Política Nacional de Mobilidade Urbana - Gesetz Nr. 12.587/2012*).

Entscheidung des STF zur Erwerbstätigkeit während der Schwangerschaft

Im Jahr 2017 fand die „Reform des brasilianischen Arbeitsrechts“ (*Reforma Trabalhista - Gesetz Nr. 13.467/2017*) statt (siehe auch DBJV-Mitteilungen Nr. 1 / 2017, S. 31). Die Arbeitsreform änderte die Sammlung der Arbeitsgesetze von 1943 (bekannt als *Consolidação das Leis do Trabalho - CLT*) sowie weitere Gesetze im Bereich des Arbeitsrechts.

Durch die Reform wurde eine Regelung eingeführt (Art. 394-A Abs. 2 und 3 *CLT*), wonach schwangere Frauen, die in einem Umfeld mit Gesundheitsrisiken arbeiten, die Risiken der Arbeitsbedingungen beweisen müssen, um von der Arbeit befreit zu werden. Unter der früheren Rechtslage durften schwangere Frauen in keinem Fall in einem „gesundheitsschädlichen“ Umfeld arbeiten. Am 29. Mai 2019 erklärte der Oberste Bundesgerichtshof (*STF*) die obengenannte Vorschrift für verfassungswidrig. Die Vorschrift verletze die verfassungsrechtlichen Grundsätze des Mutter- und Kindesschutzes. Die Entscheidung wurde im Rahmen einer Verfassungsbeschwerde (*Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI*) Nr. 5938 getroffen.

Nach Richter *Alexandre de Moraes* kann die Beweislastumkehr dazu führen, es schwangeren Frauen zu erschweren, ihre Rechte einzufordern. Dagegen vertritt Richter *Marco Aurélio de Mello* eine abweichende Meinung: Eine Erklärung der Norm als verfassungswidrig würde Frauen allgemein den Zugang zum Arbeitsmarkt erschweren.

Allgemeine Wahlen im Jahr 2018 und Bericht über das erste Jahr der Regierung

Die allgemeinen Wahlen in Brasilien 2018 fanden am 7. und 28. Oktober statt. Bei den Wahlen wurden Vertreter der folgenden Ämter gewählt:

- der Präsident und der Vizepräsident mit einer Amtszeit von vier Jahren
- zwei Drittel des Bundessenats (54 von 81) mit einer Amtszeit von acht Jahren
- die gesamte Abgeordnetenversammlung (513 von 513) mit einer Amtszeit von vier Jahren
- sowie 27 Gouverneure und die 1024 Abgeordneten der 27 Parlamente der Bundesstaaten.

Die Stichwahl am 28. Oktober wurde von Jair Bolsonaro (PSL) mit 55,13 Prozent Stimmenanteil gewonnen. Sein Gegenkandidat war Fernando Haddad (PT).

Während des Wahlkampfes wurde die Spaltung der Meinungen in der brasilianischen Gesellschaft deutlich und vertiefte sich soweit, dass sie in allen Segmenten der Gesellschaft im Alltag spürbar wurde.

Jair Bolsonaro ist seit dem 1. Januar 2019 im Amt. Zu den von der neuen Regierung beabsichtigten Reformen zählen, unter anderen:

- die umfassende Reform der Sozialversicherung, welche das Defizit der Sozialversicherung, die bereits 53,4 % des Bundesetats verbraucht, reduzieren soll;
- die Reform des Strafverfahrens, die sowohl die Korruption als auch die hohe Kriminalität in Brasilien bekämpfen soll;
- etliche gesetzliche Maßnahmen zur Reduktion der Bürokratie und Effizienzsteigerung im Unternehmensbereich (sog. *Lei da Liberdade Econômica*).

Weiter wurden Maßnahmen getroffen zur Erleichterung des Besitzes von Waffen, insbesondere in ländlichen Gebieten, Maßnahmen zur Reduzierung der Bußgelder, Strafen und Kontrollen im Verkehrsrecht, und nicht zuletzt Maßnahmen zur Reduzierung von Bußgeldern und Strafen gegen die Abholzung und das umweltschädliche Betreiben der Agrarwirtschaft.

Aufgrund der massiven Waldbrände und Abholzung insbesondere im Amazonasgebiet entstand zuletzt großer Druck sowohl von Seiten der brasilianischen öffentlichen Meinung, als auch von Seiten der internationalen Medien und Regierungen, die ihre Sorge um die Zukunft der Regenwälder äußerten. Der Druck führte sogar zur Diskussion über die Aufhebung der Verhandlungen zum Vertrag der EU mit dem Mercosur (siehe oben), die sich bereits in einer Schlussphase befinden.

Die Ermittlungen und Verfahren bezüglich der *Operação Lava Jato* laufen weiter (über die *Operação Lava Jato* wird seit den Mitteilungen 1/2015 berichtet). Die *Operação Lava Jato* steht derzeit im Rampenlicht und in der

Kritik aufgrund der Veröffentlichung von Whatsapp- und Telegram-Nachrichten der Staatsanwälte untereinander sowie auch mit dem ehemaligen Richter Sérgio Moro – inzwischen Bundesjustizminister der Regierung Bolsonaro. Bei den veröffentlichten Gesprächen ging es hauptsächlich um Aussagen und Absprachen außerhalb des offiziellen Rechtswegs, die zur Lenkung der Prozesse bis hin zu Verurteilungen geführt haben könnten, beispielsweise auch der Verurteilung des Ex-Präsidenten Lula. Kritikern zufolge wurden rechtsstaatliche Prinzipien und Verfahren auf diese Weise umgangen. Der Versuch seitens der Angeklagten, sämtliche Verfahren und Verurteilungen im Rahmen der *Operação Lava Jato* zu annullieren, ist jedoch misslungen. Als Reaktion wurde die *Lei de Abuso de Autoridade* (Autoritätsmißbrauchgesetz) verabschiedet, die Beamte, Richter und Staatsanwälte stärker in Bezug auf Machtmissbrauch kontrollieren soll. Kritiker des Gesetzes sagen allerdings, dass es ein „Knebel“ für Staatsanwälte und Richter sei und damit letztlich – so wie in Italien nach der *mani pulite* in den 90er Jahren – die Korruption stärken werde.

Nachruf

Wir trauern um

Dr. Francisco Florence

Advogado, Presidente do Conselho da Sociedade de Estudos Jurídicos Brasil-Alemanha SEJUBRA, Träger des Bundesverdienstkreuzes 1. Klasse.

Francisco Florence ist im Alter von 90 Jahren in São Paulo verstorben. Er war seit dem Jahr 1959 einer der aktivsten Träger der deutsch-brasilianischen Rechtsbeziehungen und über viele Jahrzehnte die zentrale Anlaufstelle für deutsche Unternehmen in São Paulo, denen er mit seiner enormen Kenntnis und Erfahrung zur Seite stand. Er war Gründer und langjähriger Präsident unserer brasilianischen Schwesternvereinigung SEJUBRA und hat die Entwicklung der DBJV über viele Jahre konstruktiv begleitet. Wir verlieren einen herausragenden und engagierten Partner mit großen Verdiensten um gute und enge deutsch-brasilianische Beziehungen, der sich immer als Vermittler und Problemlöser im Verhältnis beider Länder verstanden hat.

Der Vorstand im Namen der Mitglieder und Freunde der Deutsch-Brasilianischen Juristenvereinigung e.V.

Schriften der DBJV

(Die Bände 1-28 sind im Verlag Peter Lang, Frankfurt a.M., erschienen, seit Band 29 erscheint die Schriftenreihe im Shaker Verlag, Aachen)

- Band 1 Hans-Peter Ludewig, **Die Duplicata. Ein Wertpapier des brasilianischen Handels**, 1985
- Band 2 Till Becker, **Das Patentrecht und Lizenzvertragsrecht Brasiliens**, 1986
- Band 3 Jan Curschmann, **Warenzeichenlizenzen in Brasilien**. Das brasilianische Warenzeichenrecht und Lizenzrecht in Theorie und Praxis, 1986
- Band 4 Jürgen Samtleben (Hrsg.), **Erbfolge, Güterrecht und Steuer in deutsch- brasilianischen Fällen**. Beiträge zur 3. Jahrestagung 1984 der DBJV, 1986
- Band 5 Michael Hahn (Hrsg.), **Informatikgesetz und Technologieschutz in Brasilien**. Beiträge zur 4. Jahrestagung 1985 der DBJV, 1988
- Band 6 Dora Berger, **Der Schutz des außenstehenden Aktionärs in Deutschland und Brasilien**. Ein Vergleich des deutschen Konzernrechts mit dem brasilianischen Recht der Gesellschaftsgruppen, 1988
- Band 7 Christoph Bergdolt, **Internationale Schuldverträge und ihre Durchsetzung im brasilianischen Recht**, 1988
- Band 8 Wolf Paul (Hrsg.), **Die brasilianische Verfassung von 1988**. Ihre Bedeutung für Rechtsordnung und Gerichtsverfassung Brasiliens. Beiträge zur 6. Jahrestagung 1987 der DBJV, 1989
- Band 9 Astrid Berkemeier (Hrsg.), **Arbeitsrecht in Brasilien**. Beiträge zur 5. Jahrestagung 1986 der DBJV, 1990
- Band 10 Michael Bothe (Hrsg.), **Umweltrecht in Deutschland und Brasilien**, Beiträge zur 7. Jahrestagung 1988 der DBJV, 1990
- Band 11 Peter Michael Huf, **Die Entwicklung des bundesstaatlichen Systems in Brasilien**, 1991

- Band 12 Bernd Bendref (Hrsg.), **Rechtsverkehr zwischen Deutschland und Brasilien**. Internationale und europäische Aspekte. Beiträge zur 8. Jahrestagung 1989 der DBJV, 1991
- Band 13 Susanne Vahl, **Die Umwandlung von Auslandsschulden in Investitionen**. Rechtsgrundlagen und Praxis in Brasilien, 1991
- Band 14 Hans-Joachim Henckel, **Zivilprozeß und Justizalternativen in Brasilien**. Recht, Rechtspraxis, Rechtstatsachen - Versuch einer Beschreibung, 1991
- Band 15 Claudio Köhler, **Nebenabreden im GmbH- und Aktienrecht Zulässigkeit und Wirkung**, 1992
- Band 16 Marcia Zeitoune, **Gläubigerschutz im brasilianischen und deutschen Aktien-Konzernrecht**. Haftung der Muttergesellschaft für Verbindlichkeiten ihrer Tochtergesellschaft, 1993
- Band 17 Max Bernhard Gutbrod, **Handelsvertreter und Vertragshändler nach brasilianischem und deutschem Recht**, 1993
- Band 18 Helen Ahrens, **Kreditsicherheiten in Südamerika**. Mobiliarsicherheiten nach den nationalen und internationalen Privatrechten der Länder des Cono Sur und ihre Bedeutung für den Rechtsverkehr mit Deutschland, 1993
- Band 19 Jobst-Joachim Neuss (Hrsg.), **Hoffen auf Wandel – wirtschaftsrechtliche Entwicklungen in Brasilien und Europa**. Beiträge zur 9. Jahrestagung 1990 der DBJV, 1994
- Band 20 Wolf Paul/Roberto Santos (Hrsg.), **Amazônia. Realität und Recht**. Umwelt- und arbeitsrechtliche Fragestellungen. Beiträge zur 10. Jahrestagung der DBJV 1991 in Belém do Pará, 1993
- Band 21 Andreas Krell, **Kommunaler Umweltschutz in Brasilien**. Juristische Rahmenbedingungen und praktische Probleme, 1993
- Band 22 Jan Curschmann/Harald Postel (Hrsg.), **Deutsch-Südamerikanische Rechtstage 1992**. 4. Fachkongreß der Argentinisch-Deutschen Juristenvereinigung, 11. Jahrestagung der Deutsch-Brasilianischen Juristenvereinigung und

Fachtagung „Mercosur“ gemeinsam mit dem Rechts- und Steuerausschuß des Ibero-Amerika-Vereins, 1994

- Band 23 Petra Förchner, **Die Haftungsregeln des brasilianischen Verbraucherschutzgesetzes**. Ansprüche aus Produkthaftung, Dienstleistungshaftung und Gewährleistung und ihre Durchsetzung im Prozeß im Vergleich zum deutschen Recht, 1994
- Band 24 Wolf Paul (Hrsg.), **Verfassungsreform in Brasilien und Deutschland**. Beiträge zur 12. Jahrestagung 1993 der DBJV, 1995
- Band 25 Jürgen Samtleben/Ralf Schmitt (Hrsg.), **Medienrecht, Wirtschaftsrecht und Ausländerrecht im deutsch-brasilianischen Dialog**. Beiträge zur 13. und 14. Jahrestagung der DBJV in Wiesbaden 1994 und São Paulo 1995, 1997
- Band 26 Arne Rathjen (Hrsg.), **Allgemeine Geschäftsbedingungen und Verbraucherschutz in Deutschland und Brasilien**. Beiträge zur 15. Jahrestagung 1996 der DBJV, 1998
- Band 27 Arne Rathjen (Hrsg.), **Neue Aspekte des Wahlrechts und gewerblichen Rechtsschutzes in Brasilien und Deutschland**. Beiträge zur 16. Jahrestagung 1997 der DBJV, 1999
- Band 28 Martonio Mont' Alverne Barreto Lima, **Staat und Justiz in Brasilien**. Zur historischen Entwicklung der Justizfunktion in Brasilien: Kolonialgerichtsbarkeit in Bahia, Richterschaft im Kaiserreich und Verfassungsgerichtsbarkeit in der Republik, 1999
- Band 29 Wolf Paul (Hrsg.), **Korruption in Brasilien und Deutschland**. Beiträge zur XIX. Jahrestagung 2000 der DBJV, 2002
- Band 30 Gisela Puschmann (Hrsg.), **Familien- und Erbrecht in Deutschland und Brasilien**. Entwicklungen und Neuansätze. Beiträge zur XX. Jahrestagung 2001 der DBJV in Dresden, 2004
- Band 31 Andreas Sanden (Hrsg.), **Das Unternehmen im neuen Zivilgesetzbuch Brasiliens**. Übersetzung mit Einführung, 2004

- Band 32 Hartmut-Emanuel Kayser, **Die Rechte der indigenen Völker Brasiliens – historische Entwicklung und gegenwärtiger Stand**, 2005
- Band 33 Ralf Schmitt (Hrsg.), **Das Unternehmen in der Krise - Insolvenzrecht und Sanierung - Organhaftung und Corporate Governance**. Beiträge zur XXI. Jahrestagung der DBJV 2002 in Frankfurt/Main mit einer Zusammenfassung des Insolvenzrechts in Deutschland und neues Insolvenzrecht in Brasilien (April 2005), 2005
- Band 34 Erasmo Marcos Ramos, **Brasilianisches Umweltrecht als Biosphärenschutzrecht**. Eine rechtsvergleichende System- und Fallanalyse am Beispiel des Projekts des Wasserweges Hidrovia-Paraná-Paraguay (HPP), 2004
- Band 35 Hartmut-Emanuel Kayser, **Anwaltsberuf im Umbruch**. Tendenzen in Deutschland und Brasilien. Beiträge zu der XXIV. Jahrestagung 2005 der DBJV in Potsdam, Januar 2007
- Band 36 Irene Haagen/Wolf Paul (Hrsg.), **Lebensmittelrecht in Deutschland und Brasilien**. Beiträge der XXIII. Jahrestagung der DBJV vom 11.-14. November 2004 in Regensburg, 2007
- Band 37 Irma Silvana de Melo-Reiners, **Regenwaldschutz in Brasilien und das Umweltvölkerrecht**. Die Amazonasfrage als internationaler Streitfall, 2009
- Band 38 Susana Corotto, **Brasilianische und Deutsche Unternehmen in der Krise: Ein Rechtsvergleich zwischen beiden Reorganisationsmodellen im Hinblick auf die Durchsetzbarkeit**, 2009
- Band 39 Jörg Rüsing/Christof Wieschemann (Hrsg.), **Sportrecht**. Beiträge der XXV. Jahrestagung der DBJV vom 23.-26. November 2006 auf Schalke, 2009
- Band 40 Jürgen Samtleben, **Rechtspraxis und Rechtskultur in Brasilien und Lateinamerika**. Beiträge aus internationaler und regionaler Perspektive, 2010
- Band 41 Gert Egon Dannemann/Irene Haagen (Hrsg.), **Handel mit Natur und Umwelt**. Beiträge der XXVI. Jahrestagung vom 21.-24. November 2007 in Rio de Janeiro, 2010

- Band 42 Wolf Paul/Ralph Stock (Hrsg.), **Schwerpunkte des Strafrechts in Brasilien und Deutschland**. Beiträge zur XXVII. Jahrestagung der DBJV in Köln, 2011
- Band 43 Lilli Löbsack, **Verfassung, Menschenrechte und Verfassungswirklichkeit in Brasilien (1979 – 1984)**, 2012
- Band 44 Martin Wiebecke (Hrsg.), **Schiedsgerichtsbarkeit und Mediation in Brasilien und Deutschland**. Beiträge zur XXIX. Jahrestagung der DBJV in Zürich, 2013
- Band 45 Sérgio Sérvulo da Cunha/Wolf Paul (Hrsg.), **Bürgerprotest und Autonomie der Justiz in Deutschland und Brasilien**. Beiträge zur XXX. Jahrestagung der DBJV vom 16.-19. November 2011 in Santos SP, 2013
- Band 46 Claudia Schallenmüller Ens, **Die Vereinbarkeit des Naturschutzrechts mit der verfassungsrechtlichen Eigentums-garantie in Deutschland und Brasilien**, 2013
- Band 47 Burkard J. Wolf, **Das Brasilianische Zivilgesetzbuch 2002 mit Einführungsgesetz 1942 – Código Civil Brasileiro – Deutsche Übersetzung und Anmerkungen**. Mit einer Einleitung von Jan Peter Schmidt, 2013
- Band 48 Szymon Mazur, **Durchsetzung von Leistungsansprüchen aus sozialen Grundrechten in Brasilien und in Deutschland**, 2015
- Band 49 Jan Peter Schmidt (Hrsg.), **Vertragsgestaltung und Investitionsschutz im deutsch-brasilianischen Rechtsverkehr**. Beiträge zur XXXII. Jahrestagung der DBJV vom 21. bis 23. November 2013 in Nürnberg, 2016
- Band 50 Cord Meyer, Jan Peter Schmidt, Burkard J. Wolf (Hrsg.), **Das brasilianische Zivilgesetzbuch von 2002 und die Realitäten des Grundstücksrechts**. Beiträge zur XXXIII. Jahrestagung der DBJV vom 20. bis 23. November 2014 in Hannover, 2016
- Band 51 Fabiana Godinho McArthur, **Der Schutz der kulturellen Identität im Schulwesen am Beispiel Brasiliens**. Völkerrechtliche Vorgaben, nationale Entwicklungen und verbleibende Defizite, 2017

- Band 52 Valentin Otto Knobloch, **Das brasilianische Individualarbeitsrecht.** Eine rechtsvergleichende Untersuchung zum deutschen und brasilianischen Individualarbeitsrecht im Hinblick auf ein einheitliches Arbeitsvertragsgesetzbuch in Deutschland, 2017
- Band 53 Wolf Paul, Irene Haagen (Hrsg.), **Weinrecht.** Deutsch-Brasilianisches Symposium in Kloster Eberbach. Beiträge zur XXXV. Jahrestagung der DBJV vom 10. bis 13. November 2016 in Kloster Eberbach (Rheingau), 2017
- Band 54 Wolf Paul, **Brasilianische Rechtswelten *Fascinosa et tremenda.*** Rechts- und kultursoziologische Schriften (1988-2018), 2019

